

ATA DA CENTÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 11-11-2019.

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi apregoado o Ofício n^o 930/19, do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Executivo n^o 016/19 (Processo n^o 0414/19). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, sendo iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do quinquagésimo aniversário da Escola Municipal de Ensino Infantil Maria Marques Fernandes, nos termos do Requerimento n^o 131/19 (Processo n^o 0536/19), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Marcelo de Burgues, Isabel Anzolin, Ana Dondoni e Rita de Cassia Candido, respectivamente Diretor, Vice-Diretora, Coordenadora Pedagógica e Presidente do Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Infantil Maria Marques Fernandes. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Prof. Alex Fraga, em nome da Mesa Diretora. Em continuidade, foi entregue diploma alusivo à presente solenidade a Marcelo de Burgues e a Isabel Anzolin, e a Presidente concedeu-lhes a palavra a fim de pronunciarem-se acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e três minutos às quatorze horas e quarenta e oito minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Roberto Robaina, Moisés Barboza, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Karen Santos, Idenir Cecchim e Mauro Pinheiro. Foram apregoados os Ofícios n^{os} 951 e 952/19, do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação, respectivamente, do Projeto de Emenda à Lei Orgânica n^o 011/17 e do Projeto de Lei do Executivo n^o 014/17 (Processos n^{os} 2261 e 2034/17, respectivamente). Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Professor Wambert, Valter Nagelstein, este em tempo cedido por Mauro Pinheiro, Aldacir Oliboni, em tempo cedido por Cláudio Janta, e Adeli Sell, em tempo cedido por Paulinho Motorista. Na oportunidade, Aldacir Oliboni formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de termos constantes nos pronunciamentos de Professor Wambert. Em TEMPO ESPECIAL, pronunciou-se Valter Nagelstein. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Comandante Nádia e Mendes Ribeiro, em

tempos cedidos, respectivamente, por Cláudio Janta e Cláudio Conceição. Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/18 (Processo nº 1085/18). Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/18, por vinte e seis votos SIM, um voto NÃO e seis ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Adeli Sell, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein, votado Não Adeli Sell e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/18, por trinta e três votos SIM, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/18, por vinte e um votos SIM, nove votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes, votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Cláudia Araújo e João Bosco Vaz. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Mauro Pinheiro, Luciano Marcantônio, Cassio Trogildo e Paulo Brum, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/19 (Processo nº 0443/19). Foi apregoado o Ofício nº 954/19, do Prefeito, solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/19 (Processo nº 0358/19) do regime de tramitação em urgência. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e cinquenta minutos às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/19 (Processo nº 0443/19), o qual, após ser discutido por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, João Bosco Vaz, Airto Ferronato, Professor Wambert, Roberto Robaina, Valter Nagelstein, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim, Mendes Ribeiro e Cassiá Carpes, teve sua discussão suspensa em face de Requerimento

verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, aprovado. Na oportunidade, foram apregoadas a Emenda nº 04, assinada por Airto Ferronato, Alvoní Medina e José Freitas, e a Subemenda nº 01, assinada por Professor Wambert, à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/19. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 019/19 (Processo nº 0489/19), o qual, após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Valter Nagelstein, Ricardo Gomes e Cassio Trogildo, teve sua discussão suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezoito horas e quarenta e três minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Felipe Camozzato, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 141, 217, 226 e 229/19. Às dezoito horas e quarenta e quatro minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos da Escola Municipal de Ensino Infantil Maria Marques Fernandes, nos termos do Req. nº 131/19, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Marcelo de Burgues, diretor da EMEI Maria Marques Fernandes; a Sra. Isabel Anzolin, vice-diretora; a Sra. Ana Dondoni, coordenadora pedagógica; a Sra. Rita de Cassia Candido, presidente do conselho escolar.

O Ver. Prof. Alex Fraga, representando a Mesa Diretora, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu conheci a escola infantil através das nossas atribuições.

Como esta Casa Legislativa tem como uma de suas obrigações a fiscalização dos serviços prestados à sociedade, eu, como professor de carreira do município de Porto Alegre, concursado, me dediquei a visitar as escolas, conhecer as escolas. Uma das coisas que me chamou muito a atenção quando eu visitei pela primeira vez a Maria Marques Fernandes foi o muro que estava ruindo, uma situação muito complicada, em que os colegas, para garantir minimamente a segurança dos seus alunos, enjambravam a situação com caixas, pneus e tinham toda uma organização para evitar que as crianças escorregassem por esses buracos, o que invariavelmente colocaria sob risco a sua saúde e integridade físicas. Esse é o tipo de trabalho praticado na nossa rede municipal, um trabalho, muitas vezes, que conta com o improviso, afinal nem sempre as melhores ou as ideais condições são encontradas para o bom desempenho das nossas tarefas.

Eu gostaria de parabenizar também, porque tive o privilégio de visitar a escola durante os festejos dos 50 anos, este ano, com a comunidade escolar. São poucos os espaços, os ambientes escolares que, depois de 50 anos de história, conseguem manter tão viva a chama do pertencimento entre os diferentes níveis das pessoas que os seus trabalhos atingem. Era uma grande quantidade de alunos, familiares, mas também muitos ex-alunos, demonstrando que o sentimento de pertencimento e o carinho com relação a essa instituição transcendem as nossas atividades do cuidar, zelar, transmitir conhecimento ou algo puramente formal dentro das nossas relações de trabalho. Vocês, representantes da escola, conseguiram me sinalizar que há um diferencial na Maria Marques Fernandes. Vocês conseguiram me demonstrar que aquilo é muito mais do que uma relação estudantes/professores/grupo diretivo. Há ali algo semelhante a relações intrafamiliares, pois praticamente todos se apoiam, e aquele festejo, que geralmente é algo oferecido à comunidade, foi, na verdade, algo vivenciado por todos. O pessoal se organizando na copa para servir aquele maravilhoso bolo com pêssego. Eu, poucas vezes, na minha história docente – dou aula desde 2001 – e nos meus 19 anos de experiência em diferentes escolas da nossa cidade e em alguns outros estabelecimentos pelo interior do nosso Estado, vivenciei esse sentimento tão bonito, que é o de uma comunidade integrada a um espaço de ensino público. Parabéns a vocês! Esta homenagem, na verdade, é para todos aqueles que contribuíram com as suas vidas e o seu trabalho para os 50 anos dessa instituição. Parabéns, vida longa à Maria Marques Fernandes, ali na Vila Mapa.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde, amiga Presidente Mônica; Sr. Marcelo de Burgues, diretor da Escola Maria Marques Fernandes; Sra. Isabel Anzolin, professora e vice-diretora; Sra. Ana Dondoni, coordenadora pedagógica; Sra. Rita de Cassia Candido, presidente do conselho escolar. Falo em nome da bancada do PSB – em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Quero dizer que sou professor também, e de longa trajetória aqui em Porto Alegre, portanto, conversar sobre escolas e escolas municipais, até pelo tempo de Câmara que tenho, é bastante fácil; mas acredito que o

ponto importante, como disse o Ver. Alex, é exatamente os 50 anos da escola, que merece uma reflexão toda especial aqui da nossa cidade, das nossas autoridades do Executivo, essencialmente da Secretaria de Educação, e nossa, aqui, enquanto vereadores de Porto Alegre. Por isso, estamos aqui para trazer um abraço a vocês, para cumprimentar a direção da escola, os professores, os servidores, e para trazer aquele abraço fraterno e carinhoso aos alunos da Escola Maria Marques Fernandes. Parabéns a vocês e obrigado por nos proporcionarem este belo encontro nesta tarde. Um abraço, obrigado.

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cinquenta anos é uma vida, e nós sabemos toda agenda que temos disputado no dia a dia para poder garantir que a educação não tenha retrocesso. Não é um momento fácil. Não podemos baixar a guarda. Eu venho aqui em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, em meu nome, em nome dos vereadores Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa. Vocês que trabalham na Vila Mapa, na região toda da Lomba do Pinheiro, sabem que nós temos um outro grande problema, porque as comunidades do entorno são todas irregulares, não estão no mapa e não entram no censo do IBGE, e onde é que batem, Ver. Alex? Nós discutimos na nossa Comissão de Educação, batem justamente nas estruturas existentes e na escola. Portanto, costumo dizer aqui que os professores, que continuam com a sua missão na educação, são os verdadeiros heróis da Nação brasileira. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido o Ver. Prof. Alex Fraga a fazer a entrega do diploma.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Marcelo de Burgues, diretor da EMEI Maria Marques Fernandes, está com a palavra.

SR. MARCELO DE BURGUES: Boa tarde a todos os presentes. Como eu não tenho o traquejo dos senhores e das senhoras, eu trouxe o discurso – temos que ter um papel nas mãos para nos guiarmos.

Exma. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver.^a Mônica Leal; Ver. Prof. Alex Fraga, presidente da CECE; demais componentes da Mesa, vereadores e vereadoras e todos os presentes desta Casa que nos prestigiam e nos assistem neste momento; inicialmente, eu quero agradecer a esta Casa, especialmente ao Ver. Prof. Alex Fraga e aos demais vereadores da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, a homenagem que a EMEI Maria Marques Fernandes recebe nesses seus 50 anos completados no mês de junho deste ano.

Início com uma citação, a meu ver, do grande Paulo Freire, que disse que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria

produção e sua construção”. O conhecimento é como uma janela que se abre para o mundo. A busca pelo conhecimento perpassa uma trajetória constante na vida do ser humano. Desde o nascimento, nós aprendemos a respirar, chorar, sorrir, gesticular, sugar o leite materno, colocar o nosso organismo em pleno funcionamento para que tenhamos vida. Todo dia algo novo é acrescentado aos nossos caminhos, de maneira a nos instigar a buscar, e faz parte da nossa essência responder a esse chamado. Assim, há 50 anos, a EMEI Maria Marques Fernandes iniciou esse chamado no bairro Lomba do Pinheiro, na Vila Mapa, na zona leste de Porto Alegre. E agora, neste momento, parece inevitável olharmos para trás e vermos todos os caminhos que já foram trilhados nesse período, especificamente as possibilidades e interesses, com tantas histórias, fatos e vidas diferentes. O nosso muito obrigado à comunidade da Lomba do Pinheiro, aos educadores e educadoras que passaram pela nossa escola e deixaram marcas sempre com o intuito de contribuir neste grande processo de ensino e aprendizagem. É uma trajetória que foi construída a base de lutas, resistências, insistências e muito pertencimento, sobretudo de uma comunidade que, naquela época e até o dia de hoje, sabe muito bem o que deseja. E a pergunta que eu faço: que desejo será esse? Uma educação. Uma educação com muita qualidade, respeito, humanidade, onde a criança seja sempre o centro de tudo – a escola é dela, é para ela, é feita com ela.

Atualmente, nossa escola atende a 136 crianças, na faixa etária de 1 ano a 5 anos e 11 meses, totalizando seis turmas. O que nos move para que nós estejamos lá todos os dias é a vontade de fazer algo diferente, de provar que é possível realizar educação de qualidade mesmo quando quase tudo e todos querem o contrário. Mesmo com todas as intempéries a que estamos sujeitos, conseguimos realizar um serviço e uma educação que eu posso dizer que é maravilhosa, porque há compromisso com crianças, comunidade, com o ato de educar e principalmente com o desejo imenso de transformar vidas. Aliás, o único caminho de fazer isso é justamente através de uma educação comprometida.

Convidamos a quem desejar, sobretudo os nossos vereadores e vereadoras de Porto Alegre, que nos visitem, visitem a nossa EMEI e comprovem o que lá está sendo feito, apesar de uma mão muito pesada, muito fiscalizadora e muito intimidatória que o nosso governo municipal tenta nos impor – digo tenta porque, afinal de contas, juntos nós somos mais fortes. Mesmo assim, seguimos em frente, realizando uma educação emancipatória junto àquela comunidade. E agora? Daqui para frente o que fazer?

Encerro esta minha fala entendendo que precisamos avaliar o que fomos e o que fizemos há 50 anos e o que conseguimos até hoje, pois é a partir do passado que nós planejamos o futuro. Inclusive, já posso adiantar que nós começamos a fazer uma parceria com a comunidade para que logo ali na frente, a partir do ano que vem, estejamos realizando mensalmente uma escola de pais, o que dará luz aos projetos futuros da escola.

Agradeço a homenagem e encerro com uma citação de Rubem Alves: “Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob

controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado”. Assim, a EMEI Maria Marques Fernandes, nesses 50 anos, tem como meta diária ser uma escola de e com asas, encorajando o voo de nossas crianças. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Sra. Isabel Anzolin, vice-diretora da EMEI Maria Marques Fernandes, está com a palavra.

SRA. ISABEL ANZOLIN: Boa tarde a todos. Presidente Mônica, é um prazer estar aqui pelo teu convite. Boa tarde a todos os senhores vereadores e vereadoras. Nós continuamos a fala dos 50 anos da nossa escola. Uma escola aguerrida, uma escola que luta, uma escola que tem como prioridade conscientizar educadores, comunidade e quem dela se aproximar. A criança é um cidadão de direitos e, como tal, tem direito a uma educação e a uma escola pública de qualidade.

Eu quero fazer, neste momento, um parêntese com relação aos últimos 20 anos da escola. Nós temos junto conosco uma profissional, a Ana Dondoni – ela está compondo a Mesa –, nossa coordenadora pedagógica. Ela foi professora de todas as turmas, desde o berçário I ao jardim B, foi vice-diretora, foi diretora, já estive na cozinha – conhece todas as pontas da nossa escola. São profissionais assim, Ver. Prof. Alex Fraga e Ver. Roberto Robaina, que as nossas comunidades exigem e formam, profissionais competentes, engajados, porque nós somos formados nos corações das comunidades, porque nós sentimos a necessidade das crianças e das famílias de olhar para a escola e dizer: “Aqui o meu filho tem educação, aqui o meu filho tem possibilidade”. É assim que nós enxergamos a nossa escola, é assim que a Maria Marques tem agido por 50 anos. Ana, nós queremos te dizer, neste momento, diante da tua aposentadoria – festejada, pois cada um que se aposenta diante de tantas mudanças de regras nós precisamos comemorar –, que tu vais fazer falta na nossa escola, mas a gente sabe que tu vais estar sempre junto conosco. A Ana, além de professora, além de ter assumido tantos cargos na escola, foi uma guerreira, uma pessoa que sempre esteve na linha de frente lutando pelos direitos dos educadores e dos professores, lutando pelo direito de as escolas terem qualidade. Daqui a dois dias, ela não encerra a sua carreira, ela encerra um ciclo para dar continuidade à vida de batalha pela educação, mas aposentada. Então, nós queremos homenageá-la, dentro dos 50 anos dessa escola tão querida por nós e que tem nos formatado, tem nos moldado como professores e educadores de qualidade, em função de crianças que, através do olhar da Ana e de tantos outros educadores que passaram por aquela escola, têm deixado esse legado de compromisso, de realmente lutar por aquilo que é direito das nossas crianças, que são cidadãos com direito à educação pública de qualidade.

Quero agradecer pela oportunidade, vereadora. Sei que a presidente do nosso conselho e o diretor da nossa escola concordam com essa questão que nós falamos, com a homenagem que fizemos à Ana por esses 20 anos. Mais uma vez, agradecemos a ti, Ana. Que tu estejas sempre ao nosso lado, nós contamos contigo. Por favor, eu gostaria que os vereadores e as pessoas que estão aqui assistindo possam aplaudir essa profissional que é referência no nosso Município. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro os meus parabéns a todos que já contribuíram para a história da Escola Maria Marques Fernandes, uma instituição municipal querida, que recebe a comunidade com carinho e cuidado, sempre muito bem avaliada e que deixa saudade nos seus pequenos ex-alunos que dali partem para o ensino fundamental. Vinte anos é uma história. Parabéns! Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores, damos por encerrada esta homenagem e convidamos para fazermos uma foto com a homenageada e com os diretores. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h43min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) - às 14h48min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sra. Presidente, colegas vereadoras e vereadores, senhoras e senhores que nos dão o prazer da sua visita hoje e todos que nos assistem pela TVCâmara, este final de semana foi e está sendo um final de semana muito importante na vida da América Latina. Nós não podemos deixar de fazer uma reflexão sobre os últimos acontecimentos nesta Casa política. Primeiro, em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores; em meu nome; em nome do nosso líder, o Ver. Marcelo Sgarbossa; em nome dos vereadores Adeli Sell e Aldacir Oliboni, em nome da nossa presidente eleita em Porto Alegre, Maria Celeste; em nome do nosso presidente eleito, o deputado Paulo Pimenta, do Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul.

Primeiro, sexta-feira, o fato de estabelecer, de cumprir a Constituição Federal, que culminou, na quinta-feira, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, não deixando nenhuma dúvida do que é cláusula pétrea, o que tem que ser cumprido e respeitado por todos nós brasileiros, que é a presunção de inocência. E isso vale para qualquer cidadão e cidadã brasileira. Portanto, a Constituição é aquilo que nos rege aqui e em qualquer canto do Brasil, nos nossos relacionamentos. Se nós não tivermos um respeito à Carta Magna e não a fizermos cumprir conforme está escrito, cada um vai fazer justiça pelas suas próprias mãos. Para nós, que aqui estamos, Ver. Cecchim, que já

fizemos vários debates, divergentes, mas respeitosos, continuaremos com essa postura e com essa posição, porque cumprir a Constituição, gostemos ou não, é uma obrigação de cada cidadã e cidadão brasileiros. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, o presidente Lula, o maior presidente da história do Brasil, não há dúvida nenhuma de que o presidente Lula é inocente.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Cassiá, use o microfone aqui para dizer qual é o partido mais ladrão no Rio Grande do Sul. Pegue a lista, venha aqui e diga, aí nós podemos debater.

Então, diante disso, eu respeito qualquer divergência dos colegas vereadores e vereadoras, afinal de contas esta é uma Casa política, uma Casa plural, e se nós não tivermos a pluralidade... Agora, perguntem ao povo brasileiro qual foi o melhor momento em suas vidas, se não foi na gestão do presidente Lula e da presidente Dilma!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Aqui nós temos um conjunto de visitantes que naturalmente reagem à fala. Portanto, partido que quiser disputar eleições tem que respeitar a Constituição brasileira, tem que respeitar os acordos internacionais: das Nações Unidas sobre os direitos humanos e sobre os recursos e direitos ambientais, da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Para isso evolui a humanidade; a humanidade não evolui, Presidenta Mônica Leal, a humanidade não pode evoluir em direção à barbárie.

Eu termino com a solidariedade ao povo boliviano, que se rasgou a constituição através de movimentos fascistas, estabelecendo um golpe de estado. Esse é um problema do país vizinho, mas é um problema de todos nós da América Latina. É um problema de todos nós, e a nossa solidariedade ao povo excluído da Bolívia, que nesse período de 13 anos baixou a pobreza de 66%, na miséria absoluta, para 15%, e houve a maior distribuição de renda da história. Viva a América Latina! Viva a Constituição Brasileira!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Cumprimento o público que nos assiste hoje aqui na Câmara, os colegas vereadores e o público da TVCâmara. Hoje é um dia muito especial para comentar falas, como, por exemplo, a fala do vereador do PT que veio à tribuna, o Ver. Comasseto, infelizmente um nome muito próximo do meu, embora mensagens tão

distintas, tão distantes que nós vamos dar aqui. O Ver. Comasseto fala em respeito à Constituição e esquece que o seu próprio partido foi o primeiro, talvez, a desrespeitar a Constituição, quando teve o seu presidente eleito. O Partido dos Trabalhadores, o PT, e eu não vou me ater somente ao Lula, ex-presidiário e futuro presidiário, porque será preso novamente, queiram ou não, porque não foi nem um, nem dois crimes cometidos, foram dezenas, Ver. Lourdes. E o PT, quando fala em respeitar a Constituição, esquece que desrespeita a Constituição desde o momento em que, primeiro, abriu mão de defender a soberania nacional, entregando-a para grupos estrangeiros, através, por exemplo, do foro de São Paulo, fazendo distribuição dos recursos dos brasileiros para países aliados e ditaduras aliadas, como esta, de Evo Morales, que agora com toda a sorte, não mais vingará.

Então, a minha solidariedade ao povo boliviano, que se livrou de um ditador que também desrespeitou a Constituição ao fraudar eleições, que também desrespeitou a Constituição ao enviar a primeira bala em manifestante opositor, como também faz Maduro, outro aliado do petismo, como também muito fez Fidel Castro, outro aliado do petismo. Então, o que temos é uma curiosa situação onde um ex-presidiário é solto por força de brechas da nossa legislação, mas que não deixou de ser criminoso porque segue condenado e segue inábil politicamente. Nessa brecha, vemos agentes políticos desse mesmo partido, que muito bem poderíamos chamar de uma organização criminosa, dado o seu rol de crimes cometidos e já provados, vindo falar em respeito à Constituição, vindo falar em liberdade, em justiça com gente que não sabe o que é liberdade e justiça, com aqueles que não sabem o que é uma Constituição e respeitar uma Carta Magna, não há como convergir numa instrução de respeito a essa mesma.

Saúdo os mais de trinta mil porto-alegrenses que estiveram no Parque Moinhos de Vento, no sábado, esses, sim, que foram lá gritar por justiça, que foram, sim, gritar para que presidiários sigam presos, para que criminosos sigam presos. Saúdo esses todos, porque, ao contrário dessa nossa galeria que está aqui se manifestando, eles representam o povo brasileiro, porque o povo brasileiro não gosta de bandido, o povo brasileiro quer bandido na cadeia, ao contrário do vereador do PT que quer ver Lula solto e não se importa com Eduardo Azeredo solto, com Sérgio Cabral solto, com Eduardo Cunha solto e mais outros quinhentos e poucos corruptos que ficarão soltos por conta da militância petista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo Ofício nº 952, de autoria do prefeito Municipal Nelson Marchezan Júnior, solicitando a retirada de tramitação PLE nº 014/17.

Apregoo Ofício nº 951, de autoria do prefeito Municipal Nelson Marchezan Júnior, solicitando o arquivamento do PELO nº 011/17.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Pujol, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, eu sei que aqui tem vários trabalhadores defendendo a sua profissão, porque, infelizmente, num País onde temos o nível de desemprego que temos, num Estado com mais de 500 mil desempregados, nós temos um prefeito que quer tirar o emprego de trabalhadores que têm, na tarefa de guardar os carros, a sua única remuneração. (Palmas.) É isso que esses trabalhadores veem aqui no dia de hoje. Por isso é que eles participam desta sessão, e é muito importante que cada vereador e cada vereadora preste atenção no seu voto, porque o projeto do governo Marchezan é um projeto que, ao invés de criar, tira emprego, o que é quase que cruel do ponto de vista social. Nós tivemos aqui um debate sobre a situação internacional, que tem muita importância, porque estamos num continente que tem uma história de desrespeito aos direitos humanos, de desrespeito às liberdades democráticas, muito forte. Nós conseguimos, durante um período, derrotar as ditaduras militares, conseguimos conquistar regimes que, embora tenham sido regimes ainda dominados pelos ricos, foram regimes com liberdades democráticas para que a classe trabalhadora e os setores populares pudessem se organizar e lutar pelos seus direitos e pelos seus interesses. Pois agora, no dia de ontem, a experiência boliviana mostrou que nós temos uma elite na América Latina, uma elite branca e racista, que quer fazer com que a época dos golpes militares, a serviço do império norte-americano, a serviço de uma elite multimilionária, volte para a América Latina. Eu ouvi aqui o vereador do NOVO falando e outros vereadores, que o processo da Bolívia foi um processo democrático de mudança legítima de governo. Pois até a Rede Globo, até a Rede Globo já está reconhecendo, Ver. Oliboni, que o que ocorreu ontem na Bolívia foi um golpe militar clássico, daqueles mesmos golpes em que a cúpula das Forças Armadas utilizava o seu poder, o seu poder militar, o seu poder de força para determinar os rumos do país. Um país cuja determinação de futuro é dada pela cúpula das Forças Armadas é um país sem democracia, portanto, desde o dia de ontem, o que começa a se desenvolver na Bolívia é um governo tirano, sim, usurpador da constituição plurinacional conquistada pelos bolivianos. Assim, nós do PSOL, queremos prestar a nossa solidariedade ao presidente Evo Morales, um presidente que, esse, sim, encabeçou um processo de mobilização popular no início dos anos 2000. O Evo Morales, como liderança indígena e camponesa, sim, encabeçou um processo de insurgência popular, diferentemente de ontem, diferentemente de uma decisão tomada pela cúpula militar e assentada também na embaixada norte-americana na Bolívia, porque ali, na Bolívia, está se jogando parte importante do futuro da América Latina. É evidente que havia, por parte do povo boliviano, desgaste com o presidente Evo Morales. A classe trabalhadora na Bolívia se dividiu, e uma parte da classe trabalhadora não queria defender o governo Evo Morales. Mas o fato de uma parte da classe trabalhadora não querer defender o governo Evo Morales não significa que a classe trabalhadora boliviana vai aceitar, à medida que vai ficando claro que a cúpula militar seja quem detenha o efetivo poder do estado

boliviano. Os camponeses, os indígenas, os operários bolivianos vão resistir a um projeto que é um projeto de estabelecer um regime militar na Bolívia, um governo tutelado pelas forças armadas e que aplique um plano de desnacionalização, de privatização e de ataque aos direitos indígenas e aos direitos dos camponeses...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...Em nome no PSOL, da executiva nacional do PSOL, nós queremos deixar claro, em primeiro lugar, um repúdio a esse golpe de estado, um golpe de estado tão claramente estabelecido que forças da própria burguesia brasileira, que a própria Rede Globo define e dá os nomes exatos para o que está ocorrendo. Isso tem muita importância, porque nós sabemos, e os próprios grandes capitalistas e os grandes investidores começam a ficar preocupados com a instabilidade da América Latina, uma instabilidade provocada por uma elite que, em hipótese alguma, quer perder os seus privilégios. E, para não perder os seus privilégios, não hesita em usar a força, inclusive militar. Por isso que nós, do PSOL, somos profundamente solidários ao povo boliviano e ao seu presidente Evo Morales. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos os presentes que nos acompanham hoje, Ver. Reginaldo Pujol, presidindo os nossos trabalhos; eu não posso deixar de registrar aqui também após ouvir o caloroso debate, mas eu não vou seguir a mesma linha, apenas farei um registro. O Supremo Tribunal Federal discutiu; inclusive, alguns ministros mudaram a sua opinião. Eu quero ver como será o posicionamento daqueles que defenestravam o ministro Gilmar Mendes e que agora foram beneficiados por uma misteriosa mudança de postura, Ver. Valter, do ministro Gilmar Mendes. Mas vou comentar com vocês algumas partes do pronunciamento que revoltam. Nós não estamos falando do Lula. Eu gostaria de fazer uma abordagem de algo que para mim e para a maior parte da cidadania e da população, eu acho, é o mais preocupante. Nós temos liberados, no momento, o Sr. José Dirceu; vários doleiros; vários propineiros de empresas comprovadamente corruptas e corruptoras; o Sr. Eduardo Azeredo, ex-governante do PSDB, do meu partido, também solto. É um absurdo! Nós temos liberados tesoureiros partidários que comprovadamente se envolveram com maracutaias. E nós temos também, entre esses presidiários, o Luís Inácio, que é um brasileiro e que também estava numa situação e que foi beneficiado por uma questão coletiva. Agora, o que mais me salta aos olhos, e não posso deixar de

citar nominalmente o Ver. Comassetto, é que esse vereador interpelou o Ver. Cassiá, dizendo: “Vereador Cassiá, veja lá, no Rio Grande do Sul, qual o partido que mais roubou?”, como se a defesa dele fosse o que menos roubou. A competição aqui não é quem é honesto, mas quem mais roubou e menos roubou. Lamentável. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações e, após, prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente e colegas vereadores, eu quero saudar os guardadores de automóveis que estão aqui. Quero começar contando uma historinha para vocês, podem pesquisar na internet: tinha um pastor nos Estados Unidos chamado Jim Jones, um grande líder, que foi lá para Guiana e obrigou todos seus liderados a tomarem veneno para se matarem. Então, eu quero dizer para vocês que a postura de vocês neste plenário, precisando dos votos dos vereadores, vaiando os vereadores que estão na tribuna, eu diria que, no mínimo, não é eficaz. No mínimo! Os senhores precisam de 36 votos e estão aqui vaiando os vereadores que, por ventura, podem votar por vocês. Eu não sei quem lidera esse grupo, Ver. Valter Nagelstein, mas eu lembrei do Jim Jones, está distribuindo veneno para todo mundo tomar junto e se matar. Ele não quer morrer solito, quer levar todo mundo junto com ele. Vocês estão cometendo aqui um suicídio político, para começar!

Segundo, o Ver. Comassetto fez aqui um “viva a Constituição”, eu disse “viva”. Eu só quero lembrar a ele que o ladrão corrupto do Lula, aquele safado, não assinou a Constituição! Não assinou a Constituição! Se recusou a assinar a Constituição! É muito cinismo, Ver. Oliboni! Ainda bem que o senhor representa Jesus Cristo, e Jesus Cristo é contra o farisaísmo, contra a hipocrisia, contra a mentira, e eu duvido que o senhor subisse a esta tribuna para dizer “viva a Constituição”, num partido que se negou a assinar a Constituição. Se negou! O PT não tem nenhum compromisso com a democracia brasileira, nenhum compromisso! O PT tem compromisso só consigo mesmo e, no tempo em que ficou no poder, cuspiu e rasgou a nossa Constituição. Maior máquina de roubar da história do Ocidente foi o PT. Maior máquina de roubar e agora comemora que um bandido, um ladrão, um criminoso foi solto.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Deve estar na cadeia também! Espero que o Aécio seja preso! Outro bandido! Pode dizer os nomes, eu não tenho bandido de estimação, o PT tem! Eu não faço apologia de político ladrão, eu não faço defesa de político ladrão, quem faz são vocês! Eu não idolatro bandido, quem faz isso são vocês! Eu quero todos na cadeia! Roubou, tem que ser preso! E digo mais:

político ladrão merece ter a pena majorada, político ladrão devia ser enquadrado em crime hediondo, para nunca mais sair da cadeia, para apodrecer na cadeia e proteger o povo de maus políticos, de corruptos, como é o Luiz Inácio Lula da Silva. Bilhões, bilhões e bilhões! O PT tem sangue nas mãos! O PT tem morte de crianças que, na sua prematuridade, não têm acesso à incubadora! O PT tem sangue nas mãos das pessoas que morrem nas emergências dos hospitais, das pessoas que não têm uma casa para morar, que moram na rua, porque o dinheiro do povo brasileiro foi solapado, foi roubado. E foi mandado para onde? Para sustentar tiranias! O apego que a esquerda, aqui nesta Câmara, tem a tiranias é algo inacreditável. Não me admira! Stalin matou sozinho 30 milhões de pessoas e Mao Tsá-Tung mais 50... Ou seja, só na China e na União Soviética, o comunismo, o marxismo foi responsável pela morte, pelo genocídio de 90 milhões de pessoas, de seres humanos, e são meros números. Então nós temos ali o sindicalista Evo, que não está com tanta “morales” assim, não é? Seu Evo Morales, que fraudou uma eleição, que roubou uma eleição, foi comprovado pela OEA. Foi feita uma investigação que ele mesmo pediu, e a investigação mostrou que ele roubou na eleição. Quer dizer, o apreço, Ver. Ricardo Gomes, que se tem por ladrões, por bandidos, por fraudadores, provavelmente criminosos... É uma tara que a esquerda tem que eu não consigo entender! Uma tara por bandidos! Gente, o comunismo passou e deixou rastro de sangue, um rastro miserável de dor, de pobreza, de miséria, de covardia, de estupros, de assassinatos! E aqui se vem defender, achar lindo, bonito. O homem estava desde a década de 2000 no poder, sem alternância, e aqui se comemora e se faz voto de solidariedade a Evo “Imorales”. Mais: não vou me admirar com isso, porque o mesmo partido que faz voto de solidariedade para Evo “Imorales”, fez para o cabeça de abacaxi lá da Coreia do Norte, o Kim Jong-um. O PCdoB fez uma nota defendendo a Coreia do Norte e chamando democracia popular. O PSOL foi o primeiro defensor do Hugo Chávez, um tirano, um homem que não tem afeição à democracia, que fez um golpe de estado, fracassou e depois fez um golpe branco.

Por último, senhores, quero comentar a decisão do STF – foram seis votos a cinco. Respeitamos a democracia, mas a sociedade brasileira está profundamente decepcionada, indignada e revoltada com uma decisão que foi meramente política, cuja única intenção de um tribunal que mudou de posição várias vezes tendo praticamente a mesma composição, trazendo para o Brasil a insegurança jurídica, a instabilidade das instituições, um tribunal que muda de decisão sob o calor do vento e dos interesses... Mudou sua posição agora para libertar um bandido, um criminoso que, muito em breve, vai voltar para cadeia, que é o Luiz Inácio Lula da Silva, um ladrão, chefe de uma organização criminosa, de uma nuvem de gafanhotos que praticamente destruiu o Brasil, deixou o Brasil desolado. Serão várias gerações, Ver.^a Lourdes, para recuperar o nosso País da desgraça, da tragédia que foi o PT. Em vez de estar gritando nas galerias e vaiando os oradores que estão na tribuna, o PT devia ficar de joelhos e pedir perdão ao Brasil pela desgraça que foi neste País, pela tragédia que foi. Peçam perdão, é um bom começo. Peçam perdão pela corrupção, peçam perdão pela roubalheira, peçam perdão pela desgraça que foi o PT no Brasil. Peçam desculpas! Doido é quem defende ladrão, eu defendo meus filhos. Doido é quem defende bandido, doido é massa de manobra,

gente lobotomizada que se deixa liderar por qualquer um e paga um papel ridículo de ir às ruas para defender um criminoso – esse, sim, é louco! Srs. Vereadores, quero deixar aqui a nossa posição, o nosso protesto e a nossa resposta ao que foi dito aqui nesta tribuna, ao que foi dito aqui na defesa do Sr. Evo Morales, na defesa do Sr. Luiz Inácio “Presidiário” da Silva e na defesa dos genocidas, assassinos que desolaram a história da humanidade. Abaixo a tirania, viva a democracia! Viva a liberdade, Ver. Comassetto! Viva a Constituição, que o PT se recusou a assinar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, peço ao nobre colega Professor Wambert que retire do seu discurso as expressões “bandido”, “assassino” e “ladrão”. Ainda não foi comprovado nada disso que ele falou do Lula – nada disso! O próprio Supremo Tribunal Federal está dizendo isso. Portanto, o Ver. Professor Wambert tem que retirar essas expressões.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O registro do seu protesto está formulado.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, senhoras e senhores, acabamos de assistir aqui a mais um episódio da defesa do PT e do PSOL, Ver. Engº Comassetto e Ver. Roberto Robaina, não só de um ladrão condenado, mas dos regimes mais homicidas deste Continente. Há poucos dias diziam: “Vamos discutir o Chile” – dizia o Ver. Engº Comassetto. Pois vamos discutir o Chile e vamos discutir o que acontece na Bolívia. A Constituição da Bolívia proibia Evo Morales de concorrer à reeleição. Ele convocou um plebiscito para atropelar a Constituição. A Bolívia disse “não”! Ele perdeu o plebiscito, recorreu ao Supremo Tribunal Federal, o qual comandava e cuja maioria ele havia nomeado – como o PT fez no Brasil – para passar por cima da lei e por cima do povo, cuja maioria disse “não”. Concorreu, e, durante a apuração das eleições, o Tribunal Superior Eleitoral, enquanto Evo estava perdendo, desligou o servidor que contava os votos. O servidor foi ligado novamente, e Evo ganhou no 1º turno, num movimento que nos lembra o que ocorreu, quando da abertura das urnas na eleição de Dilma Rousseff. Fraude eleitoral na Bolívia! A Organização dos Estados Americanos comprovou a fraude eleitoral na Bolívia. Um governo fraudador, antidemocrático, violento nas ruas e, por isso mesmo, queridinho da esquerda, porque é isso que V. Exas. defendem. O uso da violência para a tomada do poder é um instrumento dos senhores, e é o que estão fazendo no Chile. Vamos falar no Chile. Um movimento orquestrado e organizado como foi o Caracaço, Ver. Idenir Cecchim, quando, em Caracas, em 1988, promoveram o mesmo tipo de violência: queima de supermercados, queima da infraestrutura pública. No Chile, ferramentas especializadas foram utilizadas para abrir buracos na infraestrutura do metrô, para incendiar as estações de metrô, para destruir a cidade de Santiago, para tomar o poder pela violência,

como fizeram na Venezuela. O risco agora é a violência na Bolívia, que já começou a ser deflagrada pelo partido de Evo Morales, para tentar trazê-lo ao poder como ditador, como aconteceu na Venezuela.

Ver. Roberto Robaina, os senhores não são contra a violência, vocês são a favor da violência como instrumento político, como já defenderam a invasão desta Câmara, defenderam a invasão do Congresso e defenderam, várias vezes, o uso da violência como método político. Os senhores não são democráticos, os senhores defendem qualquer ditadura que implemente o que os senhores pensam! Os senhores não são democráticos! O nome do partido de V. Exas. – socialismo e liberdade – é uma mentira! Socialismo nunca coexistiu com liberdade; é um ou outro. O povo do Brasil escolheu a liberdade contra os senhores, e o povo de Porto Alegre também escolherá contra, de novo, contra o PSOL, o caminho da liberdade se Deus quiser. Os senhores defendem a violência e, Ver. Wambert, chamam esses regimes que criaram de democracia popular. Porque democracia não é. É democracia popular! A diferença que existe entre uma democracia popular, que é a da esquerda, e uma verdadeira democracia é a mesma que existe entre uma camisa e uma camisa de força; são ditadores disfarçados de democratas! E os senhores é que não passarão.

Para concluir, Sra. Presidente, nós temos, na pauta, hoje, esse projeto que diz respeito aos flanelinhas de Porto Alegre, aos guardadores de carro. Na CCJ, me manifestei pela inconstitucionalidade. Há dois elementos aqui que eu quero acrescentar: primeiro, fui apresentado a decisões judiciais que reconheceram como constitucional o projeto; eu tenho a minha opinião, mas, ante à manifestação judicial, vou acolher a manifestação judicial. Vou dizer o segundo elemento: a presença e o tipo de manifestação que a representação dessa categoria está tendo aqui hoje, para mim, mostra que não são trabalhadores defendendo a sua posição; estão aqui fazendo uma defesa ideológica dos partidos de esquerda. Por isso, eu voto a favor do projeto, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, eu me inscrevi – não iria me inscrever – para tentar responder, um pouco, o piti que o Wambert Di Lorenzo teve aqui na tribuna, o que foi belissimamente complementado agora pelo Ricardo Gomes. Eles falam da Bolívia, da Venezuela, dos países da América Latina como se, no Brasil, a gente estivesse vivendo num paraíso. É muito fácil a gente falar da grama do vizinho quando a gente passa panos quentes em cima das corrupções internas, dentro dos partidos políticos aos quais vocês pertencem, e também da própria crise

econômica que arrasta o Brasil e a nossa população, cada vez mais, para a pobreza e para a miséria.

É importante a gente estar refletindo sobre os 40 milhões de brasileiros que, hoje, estão no trabalho informal, o que equivale à população da Venezuela. Então, no Brasil, hoje, a gente tem, sim, uma Venezuela. Boa parte dessa galera está trabalhando em Rappi, em Uber Eats, em trabalho informal. O Camozzato coloca muito aqui sobre os empreendedores, mas mais de 50% dos pequenos empreendedores vêm falindo antes de concluir um ano de estabelecimento do seu negócio. Boa parte desses empreendedores são mulheres, mulheres negras que estão tentando dar um jeito de sobreviver nessa crise. Parece que a gente tem um transporte público maravilhoso, de qualidade; parece que, no Brasil, a gente tem moradia e residência para todo mundo; parece que a gente não tem 12 milhões de trabalhadores desempregados. Enquanto isso, a gente fica chafurdando essa polarização absurda entre coxinha e petralha como se a complexidade política e econômica do nosso País coubesse nessas caixinhas nas quais vocês teimam em colocar grandes políticas. Acho importante que a gente, neste espaço da tribuna, consiga discernir isso.

A questão do Lula vai além de Lula solto ou Lula preso. Quarenta por cento da população carcerária eram presos provisórios. Eram jovens, jovens negros, jovens de periferia que não tinham condições de estar levando para uma segunda instância, que não tinham condições de estar pagando um advogado, que não estavam em sala com ar-condicionado nesses presídios superencarcerados, como o nosso Central. Eu moro ali perto, quem quiser conhecer, basta ir lá fazer uma visita, saber como é a realidade num presídio.

Então, é para além do Lula, é sobre desigualdade, é sobre injustiça, porque este País não dá oportunidades para as pessoas. O que tu fazes com o desempregado? Tu prendes o desempregado. O que tu fazes com a população de rua? Tu prendes a pessoa em situação de rua. O que tu fazes com o analfabeto? Tu prendes o analfabeto. Essa é a política que a gente tem visto no decorrer de 20 anos. Não é com o Bolsonaro, não; há muito tempo essa política vem acontecendo. Não é à toa que o Brasil tem a maior população carcerária do mundo. E a única alternativa que a gente vem refletindo aqui dentro do Parlamento é mais presídio, fechamento de escola, bater nas pessoas em situação de rua, tirar o emprego das pessoas do IMESF, tirar as pessoas que trabalham como flanelinha. É essa a alternativa que o Parlamento vem apresentando para a população. Como é que a gente não vai estar às vésperas de uma guerra civil? Como é que a gente não vai olhar para o Chile como reflexo daquilo que está acontecendo aqui, no nosso País, também?

Eu me inscrevi, então, para a gente tentar falar um pouco mais sobre onde a gente pisa, para ter compromisso e responsabilidade para resolver esses problemas imediatos, mas, sobretudo, problemas de médio e curto prazo que não se resolvem: desemprego estrutural; reforma agrária, o que nunca aconteceu; reforma urbana, o que nunca aconteceu; reforma midiática, para tirar um pouco desse poder desses grandes monopólios, dessas grandes famílias oligárquicas que mandam neste País – é o quarto poder, que ninguém comenta. Há muitas questões que a gente tem que resolver aqui

antes de ficar dando pitaco nos países da América Latina. Então, mais compromisso dos vereadores e dos parlamentares em resolver os problemas que tangem à nossa cidade, e não só aprofundar, como a gente vem vendo a partir do governo Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quero saudar o Abreu ali, que é um guardador que está na plateia, e dizer: Abreu, vocês, guardadores, estavam pedindo votos nos gabinetes e estavam tendo muito sucesso, mas a torcida que veio interceder por vocês hoje jogou fora um monte de votos. Um monte de votos foi por água abaixo pela torcida que vocês fizeram aqui, que os não guardadores fizeram. Eu estava imaginado, Valter, se fosse lá na Arábia Saudita ou em outros países árabes, onde se cortam as mãos dos ladrões, imaginem só como é que estariam hoje aqueles dirigentes do PT e muitos simpatizantes. Um batalhão, um exército de manetas!

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Estaria junto, Robaina. Ladrão? Eu sou a favor que todos tenham a mãozinha cortada, porque aí eles não se disfarçam por aí, não ficam disfarçados de dirigentes. Se é ladrão, tem que cortar a mãozinha! Aí, não tem essa enganação de vir aqui, fazer torcida, defender ladrão, não! Se está com a mãozinha cortada, não precisa dizer nada, não precisa dizer nada, cortam-se as mãos dos ladrões, porque a Constituição só serve... Para o que está servindo a Constituição que o PT não assinou? Para quê? Os ministros do Superior Tribunal Federal fazem a interpretação da Constituição da maneira deles. De quem? Aqueles que o Lula e a Dilma nomearam. Então a Constituição não está ajudando o Brasil a se livrar dos ladrões. Por isso, eu defendo que ladrão tenha a mãozinha cortada, principalmente ladrão de dinheiro público...

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sim, senhor, mas não esse corte... O ladrão não tem esse corte! O ladrão não tem esse corte, tem que saber... Ladrão é aqui, o corte, embaixo!

(Manifestação nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores, por favor, tem um vereador na tribuna. Peço a gentileza de respeitarem o tempo dele. Por favor, senhor, deixe o vereador terminar.

(Manifestação nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores, gostaria de continuar a sessão, por favor, tem um vereador na tribuna! Ver. Cecchim, por favor, continue a sua fala.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Senhor, se eu o atingi, peço desculpas, não foi essa a intenção. Então, nós temos, nesta Casa, a democracia. Eu ouvi o Ver. Comassetto, com todo o respeito, propondo uma discussão política. Está bem, estamos aceitando. Ouvi o Ver. Camozzato com outra opinião. Ouvi o Ver. Robaina falando da Bolívia, não o ouvi defender o Lula – ainda bem; não estava defendendo o Lula, estava defendendo o povo boliviano. Então, aqui, todos temos o direito de ter as nossas opiniões. Todos: esquerda, direita, centro. Há quem defenda ladrões, há quem defenda honestos. Tem de tudo! E nós temos que respeitar. Eu respeito a todos, Sra. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, meus caros guardadores que estão hoje aqui. O Abreu está aí? Sim, o Abreu está lá. O Abreu sabe, eu era Secretário da SMIC, sucedi o Cecchim, e a gente sempre teve uma postura de ajudar. O saudoso secretário César Busatto, já falecido, foi quem organizou a cooperativa e deu jaleco. Eu tinha sucedido o Cecchim, e o Abreu sabe, dei uma sala para a cooperativa, não fui eu que dei, é porque estava na posição, na verdade, quem deu foi o cargo, para que vocês pudessem se instalar no Viaduto Otávio Rocha e se organizar. Quero dizer para vocês que não está todo mal de um lado nem todo bem de outro. Quando um vereador vem aqui e vaia o Lula, por exemplo, não é porque ele está contra vocês, nem porque vocês precisam automaticamente estar defendendo coisas que eu vou dizer aqui na tribuna que não são corretas. Vou perguntar para vocês o seguinte: vamos em direção à Arena do Grêmio, passando o DC Navegantes, a Vila Areia, a Vila Tecnológica, a Vila Farrapos, vamos seguir passando a Arena do Grêmio – o senhor deve morar lá –, vamos lá no Humaitá, vamos lá agora na desocupação que está tendo da Vila Nazaré... Se nós olharmos lá em cima da Apamecor, subindo para a Glória, Vila Limite, na estrada dos Alpes; se nós olharmos a Cruzeiro, a Maria Degolada, Amazônia, lá do lado do Porto Seco – quem conhece? –, a Vila Esmeralda, lá na Lomba do Pinheiro, a situação miserável das pessoas... Se nós

olharmos por aí afora, a cidade afora lá no Ipê II, lá em cima do morro, no final da Ipiranga, entre a Agronomia e a Antônio de Carvalho, a situação em que as pessoas moram em cima daquele morro, em casa de costaneira, com vento sul batendo no inverno e entrando por cada fresta da casa, é homem, é mulher, é filho, é criança, é velho, todo mundo sofrendo. Vou dar um dado para vocês: 300 mil casas em Porto Alegre poderiam ter sido construídas com o dinheiro da construção – nada contra o Grêmio, nem contra o Inter, tem que respeitar as paixões do povo – da Arena do Grêmio, que não precisava, e da reforma do Beira-Rio, que não precisava, podia ter feito casa para o povo. Semana passada, retrasada, estávamos aqui, veio o povo da Mato Sampaio. Construíram um baita loteamento ali na volta, casas da Rossi, apartamentos de R\$ 1 milhão, e queriam despejar 80 famílias que estão ali. Eu pergunto a vocês: por que, ao longo do governo do Presidente Lula, depois da Presidente Dilma, ao invés de dar dinheiro para estádios não se deu dinheiro, por exemplo, para resolver a questão da habitação popular? E a gente vai estar aplaudindo, aqui, como tropa que é dirigida por alguns, gente?! Não dá! A gente tem que pensar! Foi ampliado algum hospital com esse dinheiro da Copa, gente?! E as pessoas morrem nas emergências dos hospitais. E mais, vou perguntar o seguinte: algum centavo de juro do nosso Brasil foi diminuído para quem tem dívida em banco? E os bancos enriquecendo cada vez mais! Então é fazer discurso, me desculpem, para enganar o povo, porque a adega do ex-Presidente Lula... Vocês sabem o que é uma adega? Adega é uma salinha, para quem é muito rico, para guardar vinhos. Normalmente é climatizada, com ar condicionado. E as pessoas morrendo dentro de um barraco, de calor e de frio, mas a adega para guardar vinho é climatizada. Na adega do Lula, um vinho, dos tantos que estão lá, custa mais do que um homem ou uma mulher pobre consegue ganhar a vida inteira trabalhando. E aí o povo, iludido por meia dúzia de fanáticos que falam que defendem os pobres, vai para a rua para defender, vem para dentro da Câmara e acaba, infelizmente, perdendo o voto, porque vários vereadores aqui estão falando algo que é verdade, só não enxerga quem não quer, que eles roubaram, e os do meu partido também roubaram. O Sr. Cunha está preso, o Sr. Sérgio Cabral está condenado a 800 anos de cadeia – e bem condenado, porque tem que ficar um milhão de anos na cadeia, porque a gente não tem direito, na política... Há pouco, andava ali um senhor que estava no corredor falando o que as pessoas acham da política: “Estes vereadores estão aqui só para roubar do povo; os deputados estão aqui só para roubar do povo.” E não é isso, tem muita gente séria que trabalha sério. Agora, aquele que desonrou o seu juramento, que desonrou a confiança do povo, que podia fazer coisas para mudar a vida das pessoas... Pergunto para vocês o seguinte – tinha MST antes de o PT entrar no governo: acabou o MST? Quanto de reforma agrária foi feita? Por que continuam aí os assentamentos populares? Por que continuam aí os quilombos, Ver.^a Karen? Qual é a regularização fundiária que foi feita nos últimos 20 anos neste País? Educação de turno integral, quem é que tem aqui? Eu conheço as creches, vou praticamente a todas, eu sei da situação. Quando é creche conveniada, ainda é boa, mas e quando não é, que é depósito de criança? Cadê o dinheiro para essas creches? Cadê? Está no bolso, e não no meu. Não no meu! Eu sou trabalhador. Não no meu! Então, se a senhora está dizendo isso é porque, me desculpe,

a senhora é uma das que estão enganando este povo, que merece respeito, que é trabalhador, que está sem escola, que está sem casa, que está na rua, necessitado, guardando um carro, porque não teve outra opção, porque, quando era menino, criança, jovem, não teve escola para ir. E o PT disse que ia mudar e não mudou! Não mudou! Não mudou! Então, não venham aqui para elogiar o Lula. Não venham aqui para elogiar, porque o que eu quero é alguém que, neste País, mude de fato, de verdade, para estas vilas, que eu falei – Mato Sampaio, Mapa, Esmeralda, Tecnológica, Mário Quintana, Cruzeiro, Maria Degolada, Amazônia, Nova Gleba e por aí vai –, vocês conhecem muito mais do que eu, para que essas vilas acabassem, para que desse um título de propriedade e uma casinha pequena que fosse. Porque R\$ 600 milhões, que custou a Arena do Grêmio, com recurso do Fundo de Amparo ao Trabalhador, dava para construir 300 mil casas em Porto Alegre. Então, vejam bem, quem vocês estão aplaudindo e quem vocês estão defendendo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Vereadora Mônica, nossa Presidente; demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias; eu até nem ia utilizar o tempo de liderança, mas resolvi falar, Ver. Valter Nagelstein, depois que escutei a sua fala, e concordo muito com o Ver. Valter, quando fala das moradias do Município de Porto Alegre e das dificuldades. Hoje pela manhã, tive a honra de, junto com o prefeito municipal de Porto Alegre, o prefeito Marchezan, Ver. Valter, visitar as pessoas que já saíram da Vila Nazaré, 128 famílias que já estão lá no loteamento Bom Fim e para aonde irão mais 200 e tantas famílias e mais um outro tanto, para a região próxima aos Maristas – pessoas que estavam na Vila Nazaré. Eu resolvi falar, porque, com a fala do Ver. Valter dizendo da falta de moradias, da falta de vontade e que alguns não conseguem ver essa oportunidade, eu quero dizer que escutei e acompanhei pelas redes sociais, vereadores do PT e do PSOL, algum tempo atrás, lá dentro da Vila Nazaré, dizendo que iam resistir, porque não queriam que as pessoas fossem para casas melhores no Bom Fim e próximo ao Marista. Vereadores do PT, do PSOL, deputados fizeram reuniões lá dizendo que iam resistir, para que as pessoas não saíssem da Vila Nazaré. Quem conhece a Vila Nazaré sabe as dificuldades daquelas pessoas que moram ainda lá, algumas já foram para o Bom Fim, mas a dificuldade e a falta de estrutura que essas pessoas têm... Eu não consigo entender como vereadores podem dizer que vão resistir para impedir que as pessoas tenham casa digna. Hoje fui, acompanhando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o prefeito, visitar, no Bom Fim, essas pessoas que já tiveram a oportunidade de sair da Vila Nazaré. Receberam um cheque de R\$ 2.000 para comprar móveis novos e receberam uma casa, estão vivendo com dignidade, assim como as outras irão posteriormente, assim que terminarem as obras na Marista e na Nazaré. Eu não consigo entender por que os vereadores do PT, do

PSOL e seus deputados não querem que essas pessoas saiam de lá. As únicas pessoas que, até agora, eu ouvi dizer que era ruim eles saírem de lá daquelas condições em que viviam são os vereadores e deputados do PT e do PSOL e os traficantes, que querem que essas pessoas fiquem lá para proteger, porque a polícia tem dificuldade para entrar na Vila Nazaré. Eu não consigo ver outra coisa, espero que nos expliquem por que não querem que essas pessoas saiam de lá, porque a felicidade hoje, no momento em que eu cheguei, visitei essas famílias numa casa nova, quando receberam R\$ 2.000, mudança, e têm a oportunidade de viver... Enxerguei em cada uma dessas pessoas a felicidade estampada no seu rosto, as pessoas dizendo o quanto estavam felizes por estarem morando numa casa. Escutei uma expressão de uma senhora que disse: “Eu nem acredito que estou numa casa. Eu, na minha vida, pensei que a única casa que eu teria seria a minha casa no céu, e hoje eu tenho uma casa aqui. Vivo feliz e com dignidade”. Quando a gente vê a felicidade estampada no rosto dessas pessoas, a gente vê o quanto é importante a dignidade das pessoas terem a sua própria casa com infraestrutura, com esgoto, com iluminação, com água quente, com energia solar. E aqui há vereadores dizendo que iam resistir para que as pessoas não saíssem daquelas condições que tinham. Quero, sim, ouvir os vereadores do PT e do PSOL dizerem por que iriam resistir, para as pessoas não saírem da Vila Nazaré. A alegria que estava estampada no rosto dessas pessoas não tem preço, Ver. Robaina. Quero, também, aproveitar para parabenizar o Sr. Mário, diretor, e o Sr. Emerson, supervisor, e a todos que estão diretamente envolvidos para que essas pessoas tenham dignidade, como vimos hoje pela manhã, dessas 128 famílias, que irão se somar as outras tantas que ainda estão na Vila Nazaré. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Janta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente, Ver.^a Mônica; colegas vereadores e vereadoras; público que nos acompanha nesta Sessão e, em especial, os guardadores de carros. Sejam bem-vindos a este plenário. Estava ouvindo atentamente as manifestações, e diria que nós, como vereadores, por estarmos aqui eleitos pelo povo, temos divergências, temos opiniões, e temos que respeitar as opiniões e podemos discordar delas. É obvio que vou discordar de algumas opiniões trazidas aqui. Começando a dizer: por que prenderam o Lula antes das eleições, e o soltaram somente agora? Olhem, que o entendimento feito pelo Supremo Tribunal Federal não é qualquer coisa, é pelo cumprimento da Constituição. Não é qualquer coisa. Esse cidadão chamado de Moro, o Ministro da Justiça, não cometeu equívocos? Eu acho que foram muitos. Foram tantos, que o governo Bolsonaro está à deriva. À deriva, porque até então não apresentou nada de novo, a não ser algumas reformas, como a da Previdência, retirando direitos de milhões de brasileiros, agora, inclusive, com a nova proposta apresentada, de uma PEC, que vai mexer com o servidor público.

Mas quais foram os programas importantes, por exemplo, que dialogou com a sociedade mais pobre, com a sociedade que precisa do braço do Estado, do recurso público, um deles elogiado pelo Mauro Pinheiro agora aqui, o Minha Casa, Minha Vida. O programa Minha Casa, Minha Vida trouxe dignidade a milhões de brasileiros, que alguns governos municipais e estaduais estão continuando. A expansão das universidades, e não foram duas, três, foram mais de vinte universidades pelo Brasil afora, somente aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, quatro novas universidades. Quantas escolas técnicas o governo Lula criou? Trezentas e quarenta novas escolas técnicas pelo Brasil afora, mais de vinte só aqui no Estado do Rio Grande do Sul que vão ajudar o jovem a se preparar para o mercado de trabalho. O programa das UPAs, que é uma vergonha o atendimento na saúde em todas as capitais do Brasil afora. As pessoas morrem na fila, mas me parece que tem gente que está com os olhos vendados, não consegue ver o que está na nossa frente. Eu poderia dizer o Fome Zero, que tirou mais de 40 milhões de brasileiros da miséria, mas tem gente que não enxerga. Gerou milhões de empregos, olha o que o governo atual fez: reduziu e aumentou enormemente o desemprego, vendeu uma ideia e é outra. Então, tem gente que não gosta de falar bem do Lula ou da Dilma, por que será? Vamos agora inventar o ano que vem uma eleição. E o que dirá o governo Marchezan? O que dirá o governo Eduardo Leite? O que está dizendo o governo Bolsonaro para esses milhões de pobres desassistidos e muitas vezes discriminados, é, discriminados! O cidadão que estava gritando ali tem razão. Muitas vezes nós nos perguntamos o que estamos fazendo aqui, quando apertamos o botão ali. Apertamos para fazer justiça ou para aumentar a injustiça? Tem gente que parece que não sabe o que faz, então é melhor reavaliar nossas ações como vereadores, como parlamentares, porque eu ando pela rua e ninguém me xinga! E muitos de vocês também não, porque a população tem orgulho de votar em quem de fato tem coerência, ética e dignidade. Eu, quando ouço falar mal de alguém que fez pelo Brasil, também fico indignado, está no nosso sangue.

É por isso que nó aqui sempre vamos dizer: o Lula fez muito pelo Brasil, coisa que muitos cidadãos se orgulham, como eu, mas muitos têm medo de que o Lula volte. Têm medo de que o Lula volte! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, eu queria agradecer à bancada do PSD, ao Ver. Paulinho Motorista, de modo especial, pela cedência deste tempo. Hoje, segunda-feira, nós temos temas importantíssimos a serem debatidos e votados. O projeto que nós vamos votar em seguida, já me pronunciei durante a semana passada, sobre os malefícios que ele trará para o serviço público de qualidade de Porto Alegre, em especial aos servidores que estão há tanto tempo sem recuperação salarial; inclusive, pode ter demissões no serviço público municipal.

Nós vamos discutir também o tema dos guardadores de automóveis. Os guardadores que estão aqui sabem muito bem da nossa posição e da nossa opinião, até porque, junto com a Juliana Brizola, sou autor da lei que está em vigor, não se precisa de nova lei. Vou me manifestar depois sobre esse tema. Nós temos lei que manda a Prefeitura mostrar os locais em que os senhores e as senhoras podem trabalhar e a fiscalização que deve ser feita! É uma profissão federal reconhecida nacionalmente desde 1975, portanto, não se pode com uma lei municipal terminar com uma profissão em nível federal. Isso não existe, absolutamente.

Nós queremos, sim, como sempre dissemos ao sindicato, às associações, eu participei, praticamente, de todos os debates dos últimos anos sobre esse tema. Nós queremos organização, nós queremos ordem, nós queremos disciplina, agora, quem tem que fazer isso não é a Câmara Municipal, é a Prefeitura. E a Prefeitura não faz e ela não sinaliza os locais onde as pessoas podem e devem trabalhar. Não é só isso, aqui se puxou um debate eminentemente político, como se as pessoas não pudessem expressar sua visão política. Eu, pelos interesses de uma categoria profissional, por exemplo, não pergunto aos professores do Município o que eles pensam político-ideologicamente, porque eu sei e porque eu tenho a alma de professor de que professor ganha mal e não tem segurança nas escolas.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Valter Nagelstein, eu sou professor, formado em Letras, exerci o magistério por anos e anos, inclusive iniciei dando aula em Ipanema, à noite, para a meninada da periferia. Eu vivo, vivi as escolas e sei e, quem sabe, tem que escutar as outras partes. Assim como eu disse, não perguntam ao professor o que pensa político-ideologicamente, nem o trabalhador de um posto de saúde, ele pode até ser contra o meu partido, mas um trabalhador de um posto de saúde hoje está numa situação de trabalho inaceitável pelas condições que a Prefeitura tem colocado o pessoal nos postinhos de saúde da periferia. Os senhores que não sabem, mas os que utilizam os postos de saúde da periferia sabem o sofrimento das pessoas que trabalham lá. Ou seja, nós temos que fazer aqui o verdadeiro debate, esta é a Casa do Povo e as pessoas podem e devem ter opinião. Não importa o que os senhores pensam político-ideologicamente, eu vou me pautar pela profissão que os senhores têm, pelo trabalho que os senhores e as senhoras fazem, como os taxistas. É interessante que no debate sobre os táxis aqui, inclusive muitos taxistas – eu estou muito em contato com eles – não pensam político e ideologicamente como eu, mas eu defendi, junto com o Ferronato, o Janta e alguns outros vereadores, as principais emendas, porque eu acredito que a profissão de taxista é necessária e não pode sumir diante dos aplicativos. É isso que eu penso, e a gente tem que ter respeito pelas pessoas. A coisa mais importante na vida é que eu aprendi é escutar, isso nos guia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo Especial.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, eu quero relatar que eu estive em Brasília, segunda-feira, da semana passada, em três agendas, com o Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Por favor, podem demonstrar. Depois, vamos dialogar ali, no painel. Estive com o secretário de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, tratando das compras da agricultura familiar. E estive com o secretário do Ministério da Fazenda falando sobre a desburocratização, lei que está tramitando aqui também, a Lei da Liberdade Econômica, que vai tirar uma série de entulhos na vida de quem empreende e de quem gera emprego, especialmente micro e pequenas empresas.

Eu vou explicar por que eu fui tratar dessas agendas, Sra. Presidente. O Ver. Idenir Cecchim era secretário da SMIC, ele arrendou uma retroescavadeira e fez uma série de açudes em propriedades rurais de pequenos proprietários de Porto Alegre. O Bertaco era o diretor da área da Agricultura da Secretaria. Quando eu assumi, demos continuidade a essa política e distribuimos para os produtores alevinos. Depois, nós ajudamos a associação e nós distribuimos alevinos para os produtores. Depois nós ajudamos a Associação dos Piscicultores de Porto Alegre a fazerem, na Vila Nova, um centro de beneficiamento de pescados. E, nesse centro, o pessoal pesca nos açudes da Zona Sul, faz a filetagem e faz o bolinho de peixe.

Tem uma legislação no Brasil – é verdade que nem tudo o que o PT fez é ruim, tem coisa boa, óbvio; o Sarney também fez coisa boa; o Collor, por incrível que pareça, também fez coisa boa, mas o Collor roubou, o Sarney não mudou a realidade brasileira e o Lula roubou também; mas todo mundo fez alguma coisa boa, a lei da agricultura familiar e ela é boa, porque ela determina, aos órgãos públicos, a compra de um percentual de agricultura familiar. E, com isso, a gente conseguiu fazer uma política aqui em Porto Alegre – no governo Fogaça e, depois no governo Fortunati –, de comprar o bolinho de peixe para colocar na merenda das crianças das escolas da cidade.

Eu fui ao Ministério da Agricultura tratar da manutenção dessa questão. Fui conversar com o Vice-Presidente Hamilton Mourão, um dos homens mais sérios e competentes que este País tem.

E a gente não esqueceu o seguinte: quando saímos do período do PT, e por isso que o PT perdeu a eleição, o Brasil entrou no maior buraco de recessão econômica e de desemprego da sua história. Dos 14 milhões de desempregados de hoje, mais os 20 milhões de miseráveis – pessoas que vivem com menos de R\$ 8,00 por dia, vivendo do lixo, muitas vezes – muitos não foram tirados da miséria nos anos do PT e, nos quatro últimos anos da Dilma, a situação dessas pessoas piorou. E agora nós estamos, no

Brasil, tentando sair desse buraco. Quando o Ver. Aldacir Oliboni falou de reforma da previdência, a resistência dele não era para os mais pobres, porque o mais pobre tem uma aposentadoria de fome – quem está no INSS, quem é MEI, micro e pequeno empreendedor, que pagam um valorzinho, tem uma aposentadoria de fome. Quem tem grandes aposentadorias e quem o PT e o PSOL defendiam eram as grandes categorias organizadas do serviço público. Eu tenho muito respeito pelos servidores públicos, eu acho que se trabalharem de forma correta, têm o direito a sua aposentadoria, mas tenho dito, não existe uma sociedade com serviço público rico e com a classe média tendo que trabalhar para sustentá-lo e com tanta miséria que não consegue sair da miséria. Tem que haver justiça e equilíbrio e, ao longo do tempo, eles se especializaram em advogar para essas corporações que são mais organizadas.

Então, eu fui tratar dessas questões, Sra. Presidente: agenda com o Vice-Presidente da República. Fui muito bem recebido, o carinho que o Vice-Presidente tem por Porto Alegre, a senhora sabe, é enorme, e ele reiterou isso. Fui tratar a questão da agricultura familiar e das compras da agricultura familiar de Porto Alegre com o secretário Schwanke – o Ver. Cassio Trogildo também trabalha muito com isso, Porto Alegre tem uma produção orgânica importante, a senhora instalou a feira dos orgânicos aqui, eu fui – quando secretário da SMIC – o responsável pelo decreto que regulamentou os orgânicos aqui na cidade, então tenho interesse particular também por essa questão e fomos tratar. E também a lei da liberdade econômica, que vários vereadores aqui – o Ver. Ricardo e outros tantos – estão tratando, que é a questão de apoio a micro e pequenos empreendedores, que são 90% das empresas do Brasil, que precisam de microcrédito, que precisam de desburocratização. E essas questões, então, estamos alinhando lá com o governo federal, para reproduzirmos aqui, com o Ver. Mauro Pinheiro, com o Ver. Moisés Barboza, com o Ver. Idenir Cecchim, com a Ver.^a Comandante Nádia, com o Ver. João Carlos Nedel, com o Ver. Cassiá Carpes, com o Ver. Luciano Marcantônio, que trabalha muito na periferia também, Ver. José Freitas, essas questões para dar oportunidade a quem mais precisa. Então, foram essas as agendas realizadas ao longo do dia 4, segunda-feira, de manhã com o secretário Schwanke; às 17h com o vice-Presidente Mourão; e às 8h30min da terça-feira, com o secretário Gustavo Ene, no MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. E dizer que o Brasil tem crescido muito, o Brasil está fazendo um enorme esforço para fazer as correções que precisam ser feitas. Não há desenvolvimento nem crescimento que não seja sustentável. É como na casa da gente, se a gente gastar mais do que ganha, cedo ou tarde vai ter que começar a vender as coisas da casa e não vai dar mais para sustentar, sequer para ir no supermercado.

O Brasil saiu de um período em que estava no cheque especial, devendo muito porque gastou muito, inclusive deu dinheiro para muito empresário rico, entre eles a Globo e as grandes construtoras do Brasil, para desviar dinheiro e para os companheiros políticos da Venezuela, de Cuba, para construir, por exemplo, porto fora do Brasil, hidrelétricas na África e outras coisas mais para os regimes que estavam alinhados. Vencer esse problema é muito difícil. E é isso que se está tentando fazer

agora, arrumar o Brasil. O que a gente quer, pelo que a gente trabalha, é por um Brasil decente, por um Brasil direito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Janta.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Rio de Janeiro é a cidade mais segura, só matou Marielle; as outras mulheres não morreram. Muito obrigada, Presidente Mônica, caros colegas vereadores, público que nos assiste. Devido aos últimos acontecimentos, não tenho como vir a esta tribuna e me abster de abordar um tema de tamanha relevância. A prisão em 2ª instância, revogada, vergonhosamente, por 6 ministros do Supremo Tribunal Federal. Sustentar que a reclusão só pode ter o seu cumprimento após o último recurso é insustentável. É uma desculpa para deixar o acusado procrastinar o processo, acabando com o valor da máxima “o crime não compensa”. Uma votação, por certo, manipulada politicamente. Diz a Ministra Rosa Weber, em sua justificativa, que o seu voto foi político-civilizatório. Civilizatório, de certo, de uma civilização barbárie, uma civilização onde quem ganha é o mais forte, o mais corrupto, o mais ladrão, porque a civilização correta é aquela que prende os seus criminosos e que protege o povo. Sem sombra de dúvidas, sou a favor da prisão em 2ª instância. Prefiro um bandido preso a um criminoso solto, propenso e livre para cometer novos crimes e delitos. O que dizer da justificativa do Ministro Marco Aurélio que disse “como ficaria a liberdade daqueles injustiçados em 2ª instância”. Pois é, o que dizer para a Sra. Lourdes Rauber, lá de Soledade, que viu o acusado pelo assassinado do seu filho Rodrigo de 23, morto com um tiro na cabeça em frente a uma casa noturna, ser solto após quatro meses de reclusão. O acusado por homicídio triplamente qualificado está por aí, caminhando pelas ruas, enquanto que a família do Rodrigo está destroçada pelas perdas sofridas.

O sentimento é de impunidade. Tenho certeza de que nenhum dos senhores aí quer impunidade. Essa mãe, lá de Soledade, quer mais oportunidade de abraçar o seu filho que hoje está morto.

O fim da prisão em 2ª instância pode retirar mais de 5 mil presos das cadeias, vai disparar o aumento da violência em todo o País. O que dizer dos operadores do direito, promotores, juízes que trabalham incansavelmente na busca da justiça em primeira e segunda instâncias cujos trabalhos vão ser jogados no lixo? Como disse a ministra Cármen Lúcia na votação sobre a execução antecipada da pena: “se não se tem a certeza de que a pena imposta será cumprida, o que impera não é a incerteza da pena, mas a certeza, ou pelo menos a crença, da impunidade”. Não é o que queremos, por

certo. A sociedade não tem bandido de estimação, pelo menos eu não tenho. Estamos cansados de tanta impunidade, sem a prisão em segunda instância podemos fechar as portas do Brasil, entregá-lo aos bandidos. A Ver.^a Karen tanto falou em jovens mortos; seus criminosos, Ver.^a Karen, estarão aí, soltos, ao léu, convivendo com a sociedade. A corrupção sistêmica que se instalou no nosso País nos últimos 16 anos será cada vez mais fortalecida. Defender que um delinquente condenado não deve ser preso porque não teve o trânsito em julgado é manipular a legislação em detrimento de interesses ideológicos, visando destruir a Lava Jato e trabalhando em prol da soltura de políticos corruptos. O povo brasileiro não pode se calar! E isso aconteceu no sábado, milhares de brasileiros foram às ruas de verde e amarelo, indignados, mostrando que este Brasil – escutem bem – é verde e amarelo.

Que golpe feroz na nossa Lava Jato, uma operação qualificadíssima, que colocou, à custa de muito trabalho e suor, bandidos do colarinho branco atrás das grades, pela primeira vez. Todo o trabalho do nosso ministro da justiça Sérgio Moro está comprometido devido a esse resultado desastroso da votação que revogou a prisão em segunda instância.

Sendo assim, temos que abordar outro assunto que deve ser um dos primeiros na pauta do parlamento: reforma constitucional. O nosso colega Ver. Valter fez uma moção que deve estar com os vereadores, para que nós levemos ao cabo e ao fim o que nós queremos: essa reforma. Não é cabível que onze pessoas indicadas politicamente de presidentes da República, com suas ideologias claras, decidam o rumo de uma nação, como ocorreu após a decisão do Supremo Tribunal Federal. Quem deve direcionar o destino do povo são os seus representantes, eleitos por voto direto, ou seja, o Congresso Nacional. Fica muito claro que a votação foi tendenciosa, visando beneficiar aquele que colocou cada um dos onze membros na Suprema Corte.

A nossa mobilização pela defesa da reforma constitucional urge, em prol dos nossos filhos, dos nossos netos, em prol do povo brasileiro. Essa tigrada que está por aí, não vai escravizar nossos filhos e nossos netos, como fizeram, Ver.^a Cláudia, com Cuba, com o Chile, com a Venezuela e com a Bolívia. Aqui é Brasil, e aqui eles não se criam. Queremos um Brasil seguro, onde possamos andar com os nossos familiares livres e sem medo pelas ruas. Clamamos por justiça. Quem não clama por justiça aqui? Não à criminalidade. Temos que varrer da política e da vida pública os simpatizantes da corrupção, aqueles que gostam de ladrão, aqueles que abraçam, aqueles que mais roubam o mais importante do povo brasileiro: a sua esperança! Devemos e queremos construir uma nova história digna para as futuras gerações. Precisamos colocar novamente o Brasil nos trilhos da moral, da ética, da família e dos valores. Só assim conseguiremos estancar essa sangria da corrupção e da impunidade.

Caros colegas, quem poupa o lobo sacrifica as ovelhas. A nossa bandeira é verde e amarela. O Lula está solto, mas continua sendo ladrão, assim como José Dirceu e todos os corruptos. Brasil verde e amarelo e nunca mais será vermelho. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Conceição.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Presidente Mônica Leal; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara. Acho que esse assunto da decisão do STF já foi bastante dito aqui pelos colegas, meu Líder Idenir Cecchim. Gostaria de falar sobre a manifestação que tivemos no sábado, no Parcão. Normalmente, nunca conciliei essas manifestações em público com o meu mandato de vereador, acho que tem de haver o espaço de manifestação, e nós, políticos, fazer a nossa parte aqui, legislando e cuidando da nossa cidade de Porto Alegre. Estive, sábado, na manifestação, pela primeira vez, subi no caminhão para falar um pouquinho do que está acontecendo no nosso País. Não quero falar do Lula, o Lula tem a vida dele, tem os problemas dele, mas também tem os méritos dele, nós sabemos. Quero falar do que acontece com o País, porque a decisão do STF, de revogar a prisão em segunda instância, é um absurdo e causa uma insegurança de moral, de credibilidade muito grande no nosso País. O Brasil, hoje, acho que é o único país que não tem a prisão decretada depois de transitado na segunda instância, é um país em que cabem diversos recursos, acho que não tem problema nenhum a pessoa fazer o recurso de dentro da prisão, porque o lugar de criminoso, o lugar de bandido, o lugar de ladrão, o lugar de assaltante, o lugar de estuprador é na cadeia. Então nós estamos trabalhando para que o nosso País tenha ordem e progresso, e uma decisão como essa vai contra o que a bandeira verde amarela, a bandeira do nosso Brasil, que está ali nas costas da Comandante Nádia, diz, não é vereadora. Então foi bonito de ver Porto Alegre unida em prol dessa questão, e cabe a nós, sim, os políticos, defendermos a nossa conduta, a nossa moral e a nossa ética.

Outra coisa que eu vi na manifestação foi o número de jovens presentes. Ver. Prof. Alex, que me escuta, eu sempre escutei, desde pequeno, que política e futebol não se discute. Essa era uma narrativa para que não se discutisse política, para que as pessoas não pudessem decidir o que é melhor. Isso é uma grande bobagem. Política se discute sim, se fala, desde cedo, as pessoas têm de ter liberdade para tomar lado. Hoje a política é muito direita ou esquerda, mas a política, antes de ser de direita ou de esquerda, ela é bom senso.

A política é bom senso. É isso que eu falo aonde eu vou, que a política é bom senso. Se a pessoa tiver bom senso ela terá ética, terá coerência, terá honestidade, terá trabalho. Fica aqui os meus cumprimentos às pessoas que saíram de casa no sábado, onde podiam curtir o final de semana, podiam descansar, e foram para a rua reivindicar uma melhora e uma postura mais adequada do nosso STF. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h34min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

PROC. Nº 1085/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/18, que dispõe sobre as normas de finanças públicas no âmbito do Município de Porto Alegre, voltadas para a responsabilidade, qualidade e transparência na gestão fiscal com a finalidade de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 02, 03 e 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 09-09-19 por força do art. 81 da LOM;
- rejeitada a Emenda nº 04 em 06-11-19.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Adeli Sell, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 014/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM**, 01 voto **NÃO** e 06 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03 ao PLCE Nº 014/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 014/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**, 09 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

Aprego Emenda nº 03, de autoria dos vereadores Mauro Pinheiro, Luciano Marcantônio, Cassio Trogildo e Paulo Brum, ao PLCE nº 012/19.

Aprego Ofício nº 954/GP, do Sr. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito de Porto Alegre, que solicita a retirada da tramitação em regime de urgência do PLCE nº 008/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Peço que V. Exa. leia a ementa.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O que está sendo liberado é o item 2 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, que inclui a alínea *e* no inc. IV e revoga a alínea *c* do inc. V, ambas do art. 4º da Lei Complementar

nº 810, de 4 de janeiro de 2017, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 817, de 30 de agosto de 2017, que altera as competências de secretarias municipais.

Estão suspensos os trabalhos para acertos na ordem de votação.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h50min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às **16h52min**: Estão reabertos os trabalhos.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0443/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/19, que proíbe a atividade de guardador autônomo de veículos automotores – flanelinhas – em vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre e revoga o inc. XXX do *caput* do art. 18 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975; a Lei nº 5.738, de 7 de janeiro de 1986; e a Lei nº 6.602, de 7 de maio de 1990.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emendas nºs 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 30-10-19 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLCE nº 012/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Colegas vereadoras e vereadores, senhoras e senhores, este projeto de lei não poderia ter chegado à Câmara Municipal, este projeto de lei é uma enganação, é uma cortina de fumaça para esconder a incompetência do governo municipal. Há lei municipal em vigor, não questionada juridicamente, não questionada pela categoria profissional, que existe desde 1975, que são ao guardadores e lavadores de carros em leito de rua. E o governo propositadamente, isso não foi feito por um procurador, foi por qualquer “aspone”, porque mistura guardador com flanelinha. Flanelinha não é profissão, não é uma palavra que compõe um modo de trabalho, modo de trabalho é guardador de automóvel. Também não é sinônimo de achacador, não é sinônimo de bandido, não é

sinônimo de falcatura, falcaturas existem em todas as categorias profissional, sem exceção. Há lei em vigor de minha autoria e da, da hoje deputada, Juliana Brizola. A prefeitura é obrigada a decidir os locais onde poderão fazer a sua atividade profissional, também está dito na lei que quem fiscaliza é a administração municipal. A administração não fiscaliza. Foi criada a Secretaria de Segurança Pública Municipal, que deveria cuidar dessa questão com as outras autoridades públicas, como a Brigada Militar, não cuida, não faz, não quer fazer e joga para a plateia. Por causa de alguns incidentes, que eu reconheço que são graves que aconteceram em alguns lugares da cidade. Eu nomeei, há alguns dias, numa rádio, cinco ou seis pontos onde nós temos problemas, nem os guardadores que estão aqui discordam dessa questão, porque eles sabem que também não interessa sustentar algum colega que não é um bom colega. Por isso nós estamos aqui para dizer que esse projeto é inconstitucional, ou seja, quer dizer que ele fere a lei que constituiu a profissão, que é de 1975. Pode passar aqui o sindicato que representa a categoria profissional e poderá entrar na justiça e derrubar, em seguida, o que for aprovado hoje aqui. Poderá, não! Deverá! Porque não tem como sustentar uma lei municipal que fere uma lei federal. Há uma hierarquia: lei federal é superior à estadual, a estadual é superior à municipal e nós podemos legislar de forma concorrente, sim, mas não por cima de uma outra lei. Por cima, jamais! Mas esse governo é useiro e vezeiro de aprovar projetos inconstitucionais. Eu vejo alguns dirigentes sindicais municipais aqui presentes, e, assim como o projeto anterior, que foi aprovado, há problemas jurídicos. Já os aponte para as direções sindicais e as aponto para as senhoras e os senhores, guardadoras e guardadores de carros, para os sindicatos, para as cooperativas, para as associações. Vocês, os senhores e as senhoras, têm toda a razão de entrarem na justiça depois de passarem essa barbaridade aqui, que vão fazer passar, porque nos patrulam porque têm maioria, obrigam as pessoas a votarem aqui! Mas aqui não! Aqui, ninguém nos põe cangalha, ninguém nos põe canga e ninguém nos põe cincha. Nós pensamos com a nossa cabeça, nós escutamos o povo e nós obedecemos a lei. A lei vai vingar! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, temos 13 milhões de desempregados e falta perspectiva de geração de postos de trabalho e renda para boa parte das famílias brasileiras. Num momento social tão grave, o prefeito de Porto Alegre manda a esta Casa Legislativa um projeto de lei que tem a intenção de acabar com uma profissão regulamentada em nível federal. É isso o que nós temos. A legislação federal institui o trabalho de guardadores de veículos, essa profissão é regulamentada e regradada pelo Ministério Público do Trabalho, e os

guardadores para serem regulares precisam fazer o seu cadastramento e apresentar uma série de documentos para, assim, se regularizarem. O nosso Município tem uma lei vigente que nunca foi tirada do papel e que poderia ser colocada em prática, evitando todos os problemas que são alegados pelo Executivo, no que se refere à atuação irregular e ao famoso achaque que deixa muitos porto-alegrenses inconformados. Mas não é isso o que estabelece o regramento desta profissão, cuja contribuições são voluntárias, cujo guardador de automóveis estabelece um vínculo com a comunidade de determinada região. Portanto, se a Prefeitura se preocupasse em cumprir a legislação existente, ao invés de ignorá-la, não estaríamos tendo problemas na nossa cidade. E nós estamos, desde o protocolo deste projeto, ouvindo o que dizem, nos veículos de comunicação, os secretários, o prefeito e seus assessores e apoiadores. A inconformidade é com relação a, principalmente, cobranças abusivas, impostas no entorno de estágio e de grandes eventos. Senhoras e senhores, nós poderíamos, tranquilamente, derrubar esse projeto, se houvesse o comprometimento do Executivo em cumprir o que determina a lei vigente no nosso município. Fazer o zoneamento das ruas da capital, ampliando o cadastramento dos profissionais que, assim, regularizados, com a papelada e documentação juntada pela Prefeitura, e coordenados pelos sindicatos e associações existentes, poderiam enfrentar esse problema grave que existe no Município. Mas há o comprometimento do prefeito? Eu acredito que numa época, como a que vivemos, em que as pessoas têm muitas dificuldades, utilizar a Guarda Municipal, utilizar a EPTC, para cercear o trabalho das pessoas que aqui estão, tentando trabalhar de forma regular, com cadastramento no Ministério Público do Trabalho, obedecendo a lei vigente, isso não é só injusto, isso é desumano, e é isso que está se estabelecendo hoje: a votação de um projeto desumano, que por mais argumentações que a Prefeitura traga para este momento, de combate à estelionato, ao achaque, à cobrança indevida, pode aprofundar, agravar a crise social no nosso Município. O que farão esses pais e mães de famílias, que utilizam dessa função, há muitos anos, para sustentar os seus filhos, para pagar as suas contas? O que nós estamos prestes aqui é votar um projeto que comete graves injustiças. E, por isso, venho neste momento de discussão pedir a sensibilidade dos vereadores e vereadoras desta casa Legislativa, que nós encaminhemos a votação desse projeto futuro para a derrubada. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, é fato que se for feita uma pesquisa simples e equivocada, com apenas uma pergunta, a população toda será contra os flanelinhas. Pessoas me dizem: “AH, mas eu fiz uma pesquisa nas redes sociais e a população é contra”. Não, eu também sou contra o achacador, ao explorador. As pesquisas nas redes sociais deveriam ter sido feitas com duas perguntas, com duas

perguntas. Você é a favor dos guardadores de carros que são reconhecidos, sindicalizados e organizados? E qual a sua posição sobre os flanelinhas, achacadores, bêbados e drogados? Essa deveria ser a pergunta correta e exata. Eu vou votar na emenda do Ver. Freitas, que corrige o projeto; a emenda do Ver. Freitas mantém o que decide a lei federal, mantém o que decide o Ministério do Trabalho, mantém o emprego das famílias que são sustentadas por guardadores organizados há 30, 40, 50 anos. É impossível querer generalizar! Inclusive na Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos eu dei o exemplo do jornalismo: o Gilmar Mendes – sempre ele – deu uma liminar dizendo que não é preciso mais ter diploma de jornalista. Agora, como é que nós, vereadores, vamos terminar com uma categoria que é reconhecida? O chefe da guarda fez uma fala muito sensata na CEDECONDH, o Sr. Nascimento, e eu homenageei a fala do chefe da guarda dizendo a ele que nós precisávamos achar um meio-termo, que nós precisávamos de uma compreensão maior do que nós estamos vivenciando. E disse ele: “Olha, a guarda precisa cumprir a lei”. Se esse projeto for aprovado sem a emenda do Ver. Freitas, nós vamos enfrentar um problema de difícil solução, que é: a categoria que está regularizada vai para o anonimato; a guarda, tendo que cumprir a lei, vai cumprir a lei, está no seu dever, mas teremos confronto nas ruas de Porto Alegre, o que nós não queremos. É verdade, tem os achacadores, estão drogados, ameaçam, mas, pela reunião da CEDECONDH, eu vi guardadores dizendo e se dirigindo ao representante da EPTC que lá estava, quando foi perguntado se eles cobravam: “Sim, cobramos; cobramos o preço que a EPTC cobra nos eventos”. A EPTC cobra R\$ 30,00 para estacionar um carro, ao lado do estádio Beira-Rio, quando tem jogo. A EPTC cobra de R\$ 20,00 a R\$ 30,00 no lado das escolas de samba, quando tem jogo, no Beira-Rio. E eles cobram o mesmo valor! Quando tem um show no Araújo Viana, se a EPTC cobra R\$ 15,00 ou R\$ 20,00, quem está organizado pode cobrar os R\$ 15,00 ou R\$ 20,00. O que a Guarda Municipal e a Prefeitura precisam é afastar essa vagabundagem que está aí, se confundindo como se fosse guardador de automóvel.

Para encerrar, Sra. Presidente, repito: vamos fazer essa pesquisa que já foi feita, mas com a pergunta correta, não é se é a favor ou contra, porque o povo que está lá fora é contra porque não sabe que tem uma profissão regularizada, sindicalizada, e que as pessoas estão há trinta, quarenta anos! Para esse povo que lá está, todo mundo é achacador! Todo mundo é drogado! Todo mundo é bêbado! Então, vamos amenizar essa situação, votando na Emenda nº 02, do Ver. Freitas, e que regula e resolve a situação desse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR AIRTO FERROANTO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, e a nossa saudação aos guardadores de automóveis, homens e mulheres, que estão conosco nesta tarde, e que

têm estado conosco em diversos dias, anteriormente, preocupados com aquilo que aqui se discute. Em primeiro lugar, o projeto é inconstitucional, já disse: nós não temos poderes para terminar com qualquer atividade vigente, decente no nosso Município! Isso é criminoso! É criminoso mandar trabalhadores de Porto Alegre para casa, e seja lá o que Deus quiser porque nós, os bonitinhos, estamos aqui. Não. Eu espero que não se aprove um projeto criminoso do estilo que temos aqui, espero bom senso. É inconstitucional e está errado. O art. 1º diz assim: fica proibida atividade de guardador de veículos, flanelinha. Guardador de veículo, repito, não é flanelinha. Vou repetir: espero que os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras não aprovem um projeto com esse teor, nós temos que ter alma, coração, sentimento, nós precisamos ser pessoas humanas, e a pessoa humana não joga a pessoa humana, verdadeiramente humana, não joga pessoas para o lixo, danem-se! Nós vamos votar contra. Eu gostaria de saber qual dos vereadores vai ter coragem de pegar trabalhadores e dizer: danem-se, vão para casa. Ver. Mauro Pinheiro, a emenda de V. Exa. é cheia de boa vontade. Diz o seguinte: o Poder Executivo elaborará plano para inserção social daqueles que estiverem registrados. O que estão dizendo? Terminamos com a categoria de vocês, e depois o governo vai dar um treinamento, alguma coisa para colocar em algum outro lugar. Isso já fizeram com os carrinheiros, fizeram com os carroceiros, e aí disseram agora vocês não são mais carroceiros, vocês estão proibidos de trabalhar de carroceiros porque vocês vão ser guardadores de automóvel, deram até treinamento, e agora vão terminar. Este projeto é um projeto desumano. Querem um projeto interessante? Votem, sem modéstia, no projeto que nós apresentamos; apresentei a pedido do sindicato. Vamos separar, vamos proibir o flanelinha, Ver.^a Mônica, mas não vamos, pelo amor de Deus, terminar com o que resta de sonho de pessoas dignas, sérias, trabalhadoras. Gente ruim também tem na minha profissão. Ou não? Tem em todas! Em todas as profissões tem gente fazendo falcatura. Ou não? E agora, porque talvez uma pessoa, um guardador, cometeu um deslize, nós vamos dizer: “Vocês que se danem; nós não queremos vocês! Para remediar, assinei também, vamos votar favorável à emenda do Ver. José Freitas, da Bancada do REP, e vamos votar contra o projeto, vamos votar no projeto de minha autoria, que é nosso. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito que os líderes se aproximem da Mesa. (Pausa.) O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, vereadores e vereadoras, quero dar os parabéns ao prefeito Nelson Marchezan pela coragem, pela determinação em enfrentar um tema tão delicado para a população de Porto Alegre, sobretudo para as mulheres, que são vítimas de achaque, de violência quando têm que estacionar os seus carros, de intimidação, de bandidos que se adonaram da cidade, que ameaçam o nosso patrimônio, a nossa integridade física. Então quero

dizer que este projeto vai ao encontro dos anseios da sociedade porto-alegrense, vai ao encontro do desejo do cidadão de Porto Alegre, que não consegue mais conviver com os flanelinhas na nossa cidade. E mais: ataca o problema também de liberdade econômica. Nós não podemos privatizar as ruas de Porto Alegre, tampouco privatizar uma atividade, dizendo que só determinadas pessoas podem exercê-las, como se tivesse o cidadão de primeira categoria, o cidadão de segunda categoria, e o de primeira categoria pertencesse a um determinado sindicato. Nós temos que abrir, na medida do possível, para associações que sejam reconhecidas e que os guardadores passem por um registro na Prefeitura de Porto Alegre como um serviço de utilidade pública, para que nós tenhamos o controle de quem está nas ruas, de quem está exercendo atividade para que se evite a venda e o aluguel de coletes, porque nós sabemos que isso acontece. Que se evite a locação de coletes, para que as pessoas possam exercer uma atividade absolutamente ilegal. A rua é para todos, a rua é de todos.

Quero parabenizar aqui o Ver. João Bosco Vaz pelo seu pronunciamento sobre o achaque da EPTC. A EPTC, que exerce uma atividade econômica, a EPTC, que explora espaços públicos e cobra igual a um privado, ou seja, não dá colher de chá para o cidadão de Porto Alegre. E mais, Ver. João Bosco Vaz, nós temos uma excrecência em Porto Alegre que são os parquímetros com defeito, e o cidadão tem que andar três, quatro quadras até achar um parquímetro que funcione. Isso é uma indecência, isso é uma imoralidade, isso é um desserviço público. A EPTC tinha que ter a tolerância de saber se o parquímetro naquela área não funciona, a pessoa não pode ser multada. O cidadão não tem obrigação de sair adivinhando onde tem parquímetro e sair procurando pela cidade, como aquele grego que procurava com a lanterna um homem honesto. Se nós estamos reclamando do achaque feito pelo indivíduo, feito pelo privado, nós temos que comentar aqui também o achaque feito pelo Estado, feito por uma empresa pública que sequer – sequer! – deveria existir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica Leal. Sobre esse projeto do governo Marchezan, eu compartilho muito as palavras do Ver. Aírto Ferronato. Ver. Ferronato, eu concordo que é um projeto desumano, é a única definição possível. Os trabalhadores guardadores autônomos de veículos estão aqui desde o início, na verdade vieram semana passada para defender um direito básico, um direito constitucional, um direito ao trabalho. E o prefeito Marchezan está se esforçando para liquidar uma categoria profissional constitucionalmente estabelecida. O Ver. Aírto Ferronato lembrou bem que muitos dessa profissão tiveram outras profissões que foram liquidadas por governos anteriores, que fizeram a tal de reciclagem profissional, e agora seguem sendo tratados como descartáveis. Esse projeto do governo deixa claro que proíbe a atividade de guardadores de veículos, proíbe os

flanelinhas e os guardadores de veículos. Por quê? Por lei, os flanelinhas já estão proibidos; o que o governo Marchezan está tentando é proibir também aqueles que estão legalmente constituídos, e esse projeto é inconstitucional. Nós queremos deixar claro para vocês que estão aqui assistindo que nós estamos à disposição com os nossos advogados para entrar na justiça caso a maioria dos vereadores aprovem este projeto desumano e indecente do prefeito Marchezan. O prefeito Marchezan, além de não ter sensibilidade, num Estado que tem mais de 500 mil desempregados, é um político que tem uma parte da população que já não dá a menor importância, é um político que só está pensando agora na sua reeleição. Marchezan está em campanha eleitoral, não dá bola nenhuma para os buracos de Porto Alegre, para a saúde pública, tem um projeto que ameaça demitir 1.800 trabalhadores na área da saúde, tem um projeto que ameaça demitir 4.000 cobradores e ele vem com este projeto contra os trabalhadores autônomos, que vocês, que estão aqui, representam. A sua lógica é uma lógica para agradar e para tentar fazer base social e eleitoral entre aqueles da classe média alta, brancos, reacionários, que, quando estacionam seu carro, não enxergam a categoria de vocês. É gente que não dá bola para os pobres, que não se preocupa com o fato de que tem gente nesta cidade que precisa trabalhar muito, suar muito, faça chuva, faça sol, para garantir o mínimo de renda familiar.

Então é um governo que não gosta de pobre e que quer fazer sua base social nesta classe média que despreza a população pobre e trabalhadora da cidade. Esse é o projeto deste governo.

Já foi dito aqui que, além de inconstitucional, esse projeto tem um problema ainda mais grave, ele tenta estabelecer e ganhar base social para ideia de que os guardas municipais, de que o aparato repressivo de Porto Alegre, ao invés de tratar realmente dos problemas mais graves da criminalidade, fique correndo atrás, fique perseguindo os trabalhadores que guardam os automóveis. Este governo não tem problema nenhum em defender as empresas privadas que cobram caro para garantir que os carros sejam estacionados, ou a própria EPTC, que cobra R\$ 30,00, R\$ 40,00 por estacionamento das pessoas. Isso, sim, é um verdadeiro achaque, um achaque legalizado. Nós, portanto, fazemos um apelo aos vereadores e vereadoras que votem contra um projeto que ataca os pobres da cidade, um projeto inconstitucional, um projeto que tenta fazer com que famílias, que durante muitos anos têm a profissão de guardadores de automóveis, não tenham a menor possibilidade de se sustentar. Então, nós fazemos um apelo aos vereadores para que não aprovem o projeto do prefeito Marchezan com esse conteúdo. Não é possível que a maioria da Câmara de Vereadores se curve a um projeto deste tipo. Um prefeito que não resolve nenhum problema da saúde, nenhum problema da educação, que não garante, sequer, um asfalto, que não garante segurança para o nosso povo, está tratando de fazer dos guardadores de automóveis bode expiatório, dizendo que tem projeto para a cidade. Se projeto para a cidade é perseguir guardadores de automóveis, isso é uma indecência, e a Câmara de Vereadores não pode aceitar essa indecência! Isso vai custar caro na campanha eleitoral! Eu não tenho a menor dúvida que o povo pobre de Porto Alegre não vai aceitar uma Câmara de Vereadores que se

curve a um projeto autoritário e antipopular! Por isso que nós chamamos à rejeição deste projeto do prefeito Marchezan. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, eu acho que este é um dos temas mais difíceis, espinhosos que a gente já votou aqui, nos últimos tempos. Eu acho que é um tema, como disseram aqui, que suscita opiniões extremadas, muitas delas com escora na realidade, suscita demagogias, mexe com a vida de pessoas que estão aqui. Tem gente que, sim, goza da confiança de pessoas, que estão há muitos anos em determinados lugares, que ficam com a chave do carro, que lavam o carro, que cuidam do carro; e tem gente que, infelizmente, depõe contra. Eu dou dois exemplos que aconteceram comigo muito recentemente. Teve uma festa no Leopoldina Juvenil, uma dessas dos sindicatos, não lembro muito bem o que era, cheguei com o carro para estacionar na Rua Marques do Herval, e, na hora que eu estacionei, veio um rapaz e disse: “Para deixar o carro, são R\$ 25,00”. Eu digo: “Não, tu não podes estar cobrando R\$ 25,00 para deixar o carro”. A gente fica numa situação muito difícil, porque se não der os R\$ 25,00, a gente sabe que, infelizmente, o prejuízo pode ser muito maior do que esse, e isso se chama extorsão. Tenho certeza de que ninguém aqui é favorável à extorsão.

No sábado à noite, anteontem, eu fui com um grupo de dez voluntários fazer uma ação social no Araújo Vianna, na qual nós tínhamos arrecadado 1,5 toneladas para distribuir para cinco ou seis creches, num trabalho social que a gente faz. Um dos meninos que estava conosco chegou e disse o seguinte ao grupo: “Acabei de deixar o meu carro ali na Osvaldo e tive de pagar R\$ 40,00 para o guardador de carro”. “Como?” “Quarenta reais!” “Por que tu pagaste?” “Porque ele me cobrou e eu fiquei com medo.”

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): A Ver.^a Karen vai de ônibus e esse menino vai de carro porque ele tem, ele está estuando Direito, o pai dele é procurador do Estado. O pai dele trabalhou a vida inteira, resolveu que podia, a vida é assim, têm uns que podem mais; outros podem menos. Têm uns que saem do nada e se fazem, têm outros que infelizmente a vida não dá oportunidade, enfim, tem de tudo no mundo.

Cobram R\$ 40,00 dele – R\$40,00, gente! Se o cara cobrar R\$ 40,00 de dez carros, ele fará rapidinho R\$ 400,00. A gente fez a ação até umas 9h30min, 9h45min, porque o *show* começou às 9h, e, quando chegamos aos carros, porque eu quis ir com ele para ver quem era, já não tinha mais ninguém.

Então, eu acho que a emenda provavelmente corrija, mas a gente tem que se aperceber de que tem coisa muito errada. Eu disse, mais cedo, que se um político faz um coisa ruim, todos os outros acabam pagando; se um guardador faz um coisa ruim, todos os outros acabam pagando o pato.

Não dá, eu não concordo com o argumento do Bosco de dizer o seguinte: “Se a EPTC cobra R\$ 30,00, o guardador de carro também pode cobrar R\$ 30,00 também”. São coisas completamente diferentes. Primeiro: tem parquímetro em todo lugar do mundo, em qualquer cidade, porque o espaço é da cidade. A discussão de que se a EPTC está aplicando bem o dinheiro ou não está é outra, eu acho que está aplicando muito mal. O Marchezan se elegeu, disse que iria demitir o Cappellari, que iria acabar com a indústria da multa, naquele ano demitiu o Cappellari, botou todo o mal do mundo na conta do Cappellari. No primeiro ano eram R\$ 23 milhões em multas, isso subiu para R\$ 55 milhões e agora foi para R\$ 70 milhões. E gasta R\$ 240 mil por mês em educação para o trânsito. Está muito errado o que está acontecendo lá, embora esteja lá o Fábio Berwanger, que é um baita cara e está fazendo um bom trabalho. Mas parquímetro tem em qualquer lugar do mundo, o espaço é da cidade. Não dá para dizer o seguinte: “Ah, a EPTC cobra R\$ 30,00; o flanelinha vai cobrar R\$ 30,00 também porquê...” Esse dinheiro está indo para a cidade, às vezes vai para creches, para as despesas da cidade. Então, não dá para fazer essa comparação. Agora, se puder regulamentar sem tabelar... Senão eu vou querer, no meu bairro, só para exemplificar, fazer o seguinte: eu vou contratar um segurança, vou pegar todas as ruas do meu bairro, vou fazer aqui uma parceria com o pessoal, vou colocar um cuidando em cada quarteirão, quem não quiser me levar o dinheiro no final do dia eu vou mandar um leão de chácara ir lá e quebrar o cara ao meio, e vou cobrar R\$ 10,00 por dia de todos os carros que estão estacionados ali. No final do dia eu vou dizer para os guardadores: “Vocês tragam aqui, no meu escritório, o dinheiro, vocês vão ficar com 20% e eu com 80%”. E aí eu vou privatizar aquela região lá da cidade. Isso também não dá! É um tema espinhoso, é um tema difícil, como eu disse, a gente está mexendo com a vida das pessoas. Eu acho que a gente tem que identificar, tem que cadastrar, tem que deixar claro que não é cobrado, que paga quem quer e não está tabelado porque a rua é pública, e a relação que tem que se estabelecer entre o cuidador e a pessoa que é dona do carro é uma relação de confiança. E se alguém cobrar – e isso tem que deixar muito claro –, tabelar o valor e dizer que são R\$ 25,00, R\$ 30,00 ou R\$ 40,00, esse tem que ser levado aos costumes, como a gente fala; recolhido, vai lá para o Palácio da Polícia. Se bem que não dá nada, faz um termo circunstanciado e vai embora, porque a legislação brasileira ficou uma vergonha, infelizmente. Mas é o que tem que acontecer.

Então, essa vai ser a minha posição. Eu vou querer que as pessoas se cadastrem e não vou aceitar a privatização do espaço público, aqui para os que falam em privatização, mas também não vou querer a miséria das pessoas que estão trabalhando aqui. Quero que sejam cadastrados, identificados e que não haja tabelamento, porque não pode tabelar. Se a pessoa quiser contribuir, vai contribuir de boa-fé com aquilo que quiser. Vai dar de coração aquilo que quiser, não tem achaque: sejam R\$ 20,00, R\$ 30,00 ou R\$ 40,00! Porque não está fácil a vida para ninguém,

mesmo para quem tem carro. Às vezes, quem tem carro, usa para o lazer no final de semana ou para ir a um *show*, que o cara trabalha arduamente para economizar um dinheirinho para ir no *show*. Não dá para fazer achaque de R\$ 50,00, R\$ 60,00, R\$ 100,00, nem querer comparar com a EPTC. Eu acho que tem que haver esse ponto de equilíbrio e é por isso que eu vou lutar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria da bancada do Republicanos e do Ver. Airto Ferronato, ao PLCE nº 012/19.

A Ver. Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Mônica, vereadoras, vereadores, antes de falar, diretamente, sobre o projeto, quero fazer uma correção na fala do nosso colega Ferronato, que fez uma colocação que não confere com a realidade, com o que ocorreu na inclusão dos carroceiros. Foi um megaprojeto, foi um trabalho muito extenso dentro da Prefeitura. A inclusão social contou, à época, com R\$ 9 milhões do BNDES, R\$ 9 milhões de contrapartida da Prefeitura. Os carroceiros tiveram indenização dos seus equipamentos ou veículos de tração, indenização dos cavalos que foram encaminhados para uma *cabaña* locada no Extremo-Sul de Porto Alegre. Essa *cabaña* já vem, desde 2004, por determinação judicial, albergando os cavalos resgatados. Esses cavalos foram recuperados, microchipados e doados por termo de adoção, totalizando aproximadamente três mil cavalos, desde a implantação da lei, em 2008.

Os carroceiros tiveram cursos, foram encaminhados para outras atividades. Claro que nem todos aceitaram; bom, mas aí era uma opção. Então, não foi assim: “tiraram do trabalho sem dar um encaminhamento”. Isto foi muito bem feito, e a indenização foi muito boa para aqueles carroceiros. Então, não se compara com o caso dos guardadores que aqui estão e que este projeto trata da sua exclusão, mas tem emendas para os sindicalizados – se totalizarem em torno de cem, estamos avaliando uma emenda, bem como uma outra emenda que fala da inserção social. Inserção social não é só fazer uma emenda, é um programa, isso depende de recursos. Nós não fizemos a inclusão social dos carroceiros em dois meses, levou bastante tempo.

A proposta é boa, mas isso tem que ser tratado com o governo como um programa mais amplo. Um programa que, neste período, possa ser feito com recursos de inserção social, o que não se consegue de um mês para o outro. Quando se conseguiu um financiamento do BNDES, teve um envolvimento muito grande da ex-secretaria da governança, para que se conseguisse contemplar todos.

Então, nós estamos avaliando o projeto, e a tendência será a inclusão dessas emendas, para que tenham a continuidade dos trabalhos, aqueles que estiverem realmente sindicalizados. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica; demais vereadores, é um projeto que, na verdade, os vereadores creditam a uma pessoa ou ao próprio prefeito. Mas ele é o debate de inúmeras pessoas ligadas à gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Nós temos o GGIM, que é o grupo de gestão do Município que se reúne e discute várias matérias. Essa foi uma matéria que foi discutida, inclusive com o vice-governador, com a Brigada Militar, com a Guarda Municipal, com vários órgãos que estão ligados à segurança pública. Além disso, conversei com o secretário Rafão Oliveira, da Guarda Municipal, e ele estava me explicando o porquê deste projeto. Segundo nosso secretário – a Guarda Municipal também tem assento no GGIM –, foram feitas várias ações da Guarda Municipal nessa atividade e foram encontradas várias contravenções, Ver. Cecchim, que são atribuídas a essas pessoas, não a todos, mas a um grupo de pessoas que acabam cuidando, inclusive, para o roubo de veículos, para tráfico de drogas. Então, nós temos uma dificuldade muito grande em identificar as pessoas de bem daquelas que se utilizam desse sistema. Claro que não são todos, sabemos que tem uma parte que é regulamentada, que faz um trabalho diferenciado, mas a conclusão que se chegou nesse grupo de segurança é que ficava impossível que se conseguisse separar e ter uma ação. Todos nós sabemos que, quando vamos a jogos de futebol, *shows*, como no Araújo Vianna – o Ver. Valter bem colocou –, nós todos, a cidade de Porto Alegre acaba sendo explorada, pois são cobrados valores exorbitantes, de R\$ 30,00, R\$ 40,00, R\$ 50,00, que as pessoas são obrigadas a pagar ou não conseguem chegar próximo aos locais do evento, assim como na nossa orla do Guaíba. A população de Porto Alegre clama por uma ação do Município, Ver. Wambert. Então o Município, como não consegue fazer a distinção dessas pessoas de bem com os que usurpam o cidadão de Porto Alegre, resolveu encaminhar este projeto de lei. Preocupados com essas pessoas de bem, nós conversamos com a Prefeitura, vários vereadores – eu e outros vereadores, e conversamos com outros vereadores que não chegaram a assinar –, e fizemos a Emenda nº 03, que diz que o Município vai se responsabilizar e buscar um plano de ação para essas pessoas que são cadastradas, que estão adequadas, que tem o registro no órgão federal. Então, o Município de Porto Alegre se responsabiliza, através de um plano de ação, por uma forma de buscar uma atividade para essas pessoas, através de cursos, auxiliá-los a buscar de forma empreendedora ou até mesmo um trabalho digno para todas essas pessoas que hoje estão cadastradas no órgão federal. Portanto, o Município de Porto Alegre, sim, está preocupado e, através dessa ação, vai se comprometer com aqueles que estão devidamente registrados. Quanto aos demais, aqueles que hoje usurpam do cidadão de Porto Alegre, tanto a Brigada Militar como a Guarda Municipal terão mais eficiência no seu trabalho de repressão a essas pessoas que estão prejudicando o cidadão de bem em Porto Alegre. Quanto à inconstitucionalidade, já ficou comprovado aqui, nós trouxemos a decisão do STF que diz que outros projetos de lei semelhantes a esse, em outros municípios, já foram julgados e foram considerados

constitucionais, como em Torres, Chapecó e vários outros municípios. Portanto, já está demarcado que o projeto é constitucional, e sim, nós teremos a preocupação com aquelas pessoas de bem. Este é um projeto que foi construído a várias mãos, com vários órgãos da Segurança Pública do Município, do Estado do Rio Grande do Sul, e nós pedimos a compreensão dos vereadores para que votem favoravelmente a este projeto, pelo clamor, principalmente, da sociedade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu falo no Abreu, no presidente do Sindicato, depois que ouvi o Ver. Mauro Pinheiro falar sobre a responsabilidade da Prefeitura, eu acho que esses que estão sindicalizados, que são aproximadamente cem, e mais alguns – há mais pessoas de bem –, não precisam se preocupar, mesmo que o projeto esteja aprovado. Em Cascavel se fez a proibição da atividade por tudo quanto é lado, mas aqui a lei diz que a Prefeitura tem que estabelecer alguns locais.

Eu sou contra que cobre em local público, mas a EPTC cobra, e o dinheiro da EPTC vai para os cofres públicos, Ver. Ferronato, mas é diferente. Também acho que se esse projeto for aprovado... O Ver. Ferronato tem outro projeto, não é, Ferronato? Então tem mais gente se preocupando com a categoria das pessoas de bem. Com essa atitude do governo municipal de se preocupar com as pessoas, eu acho que vocês podem ficar tranquilos, independente do resultado dessa votação. Tem mais gente preocupada com quem trabalha honestamente, quem não achaca, quem não ameaça, quem não exige. Volto a dizer, o que causou tudo isso foi a inauguração da orla, e aí muitos se passaram, mas não vi muitos de vocês lá. O problema foi a inauguração da orla, que o pessoal se passou, exagerou e, quando se exagera, tem a reação, a sociedade reagiu. O Ferronato diz que fez uma pesquisa fazendo uma pergunta: é lógico, 95% é contra, eles não fazem divisão de guardador e de flanelinha e de achacador, para eles, todo mundo é igual. Eu posso dizer que não são todos iguais. Encontro o Abreu lá no São Jose, às vezes, não tenho dinheiro, e ele guarda o carro lá, sem problema. Então, nós queremos separar as pessoas. Por isso fui perguntar para vocês quantos são sindicalizados? Cem pessoas. Essas pessoas são as primeiras que a Prefeitura tem que se preocupar. Vamos votar nessa emenda de três ou quatro vereadores para a Prefeitura se responsabilizar por essas pessoas que já estão no sindicato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Presidente Mônica. Colegas vereadores, público que nos acompanha nas galerias; eu quero concordar com o Ver. Valter, este é um dos projetos mais difíceis de a gente analisar e votar, pois há muitos interesses, e há uma sensibilidade num projeto como esse. Estamos falando de milhares, centenas de pessoas que têm o seu sustento, põem a comida em casa através da profissão de guardador de veículos. Por outro lado, temos uma sociedade – e, como sempre, os bons pagam pelos maus – que está cansada de ser achincalhada por alguns guardadores de carros.

Eu quero pedir encarecidamente a compreensão do líder do governo para que a gente tenha um pouquinho mais de tempo para discutir, para estudar e para analisar as emendas que do projeto. Como eu disse no período de Comunicações, a política, antes de ter esquerda, centro ou direita, tem bom senso, e esse projeto requer muito bom senso de todos nós vereadores. Acho que temos que amadurecer, temos que estudar, e temos que analisar para ver qual decisão vamos tomar.

Então fica aqui a minha sugestão ao líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, para que a gente, terminando ou não a discussão, não vote este projeto hoje, para que possamos amadurecer melhor a decisão que vamos tomar, porque ela vai ser importante para centenas de pessoas. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Mônica, Presidente da Casa, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu imagino a expectativa que vocês estão tendo aqui, mas vocês agora começam a entender como é difícil a situação dos vereadores e das vereadoras – decidir desta ou daquela maneira, pensando nas famílias de vocês. Não é fácil, não é só apertar o botão. Por outro lado, a sociedade que está lá pressionada, que também é pressionada em várias razões, também tem razão, mas o vereador representa toda a cidade. Eu entendo que, dentro do que eu ouvi aqui, alguma coisa tem que ser feita. Até nem sei se é este projeto do Executivo que está aí, parece que não é. Tem emendas boas, que foram modificadas agora, porque interpretaram como se fosse um substitutivo, e o Ver. José Freitas agora, sim, coloca a Emenda nº 04 mais direcionada, mais objetiva, naquilo que vocês querem. Eu entendo - todos os vereadores falaram, uns contra, outros a favor, mas, na média, nós não somos contra vocês. Nós queremos achar um divisor de águas, um denominador comum que possa integrá-los, e é isso que parece que não estamos encontrando ainda neste momento. Isso nós queremos encontrar. Não será nenhum demérito a nenhum vereador, a esta Casa, se não votarmos hoje. Não será demérito para os vereadores, porque nós queremos votar uma coisa com a consciência tranquila, sabendo que vamos encontrar um elo entre a sociedade, vocês e a Prefeitura. Eu entendo que nós não devemos votar hoje sob pena de errarmos, sob pena de não votarmos o projeto certo, se é contra este ou

aquele – vamos amadurecer melhor. Uma opinião minha, dentro desta lógica que está aqui, das emendas, do projeto, o certo seria que a Prefeitura já mandasse, futuramente, um projeto regulamentando; aí, nós colocaríamos as emendas possíveis para aprimorar ainda mais. É assim que vêm os projetos. Então, nesse sentido que eu me coloco aqui. Acho que nós não devemos votar hoje para que nós possamos melhorar a nossa capacidade de entendimento, a capacidade do governo de entender, e a de vocês de assimilar, junto conosco, porque ninguém, senti aqui, quer prejudicá-los. Acho que não temos ambiente para votar favoravelmente agora, nem contra, mas numa hora adequada, com uma regulamentação já definida e com vocês ajudando, que nós possamos colocar emendas que venham regular, que venham aperfeiçoar, para considerar um projeto de todos nós. Obrigado, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Professor Wambert, à Emenda nº 04 ao PLCE nº 012/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 019/19, com a consequente suspensão da discussão do PLCE nº 012/19. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0489/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 019/19, que autoriza a Companhia Carris Porto-Alegrense (Carris) a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com a garantia do Poder Executivo Municipal, até o valor de R\$ 40.900.000,00 (quarenta milhões e novecentos mil reais) e dá outras providências.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;

- incluído na Ordem do Dia em 11-11-19 por força do art. 95 da LOM;
- discutiram a matéria os Vereadores Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Valter Nagelstein, Ricardo Gomes e Cassio Trogildo em 11-11-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 019/19. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Está em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 019/19, autorizando a Carris a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal no valor de até R\$ 40,9 milhões. Para discutir este projeto, cabem alguns questionamentos anteriores. Primeiro, desde que iniciou a sua gestão, o Prefeito Nelson Marchezan Júnior vem criticando a Companhia Carris, incansavelmente. Criticando, criticando, dizendo que uma das prioridades do seu governo era vender a empresa, liquidá-la. Eis que agora vem um projeto de contratação de crédito para renovação da frota. Se o Prefeito tinha a intenção de vender a empresa, por que agora empenhar quase R\$ 41 milhões, se pensava ou se ainda pensa em vender a empresa? Tudo bem, vamos colocar aí algumas vírgulas. Nós temos defendido que o problema histórico da Carris ser uma empresa deficitária era a incompetência. Essa foi a posição do nosso partido, da bancada do PSOL, há muito tempo, de que a Carris dava prejuízo porque era roubada, assaltada, utilizada como cabide de empregos, e isso sangrava os cofres da empresa. E nós continuamos a acreditar nisso. O déficit, os problemas orçamentários, durante o governo, nas gestões das secretarias, das autarquias e das empresas públicas, é decorrente, sim, do descaminho vergonhoso de recursos públicos. E a Carris é vítima histórica de assaltos do Município de Porto Alegre. A Prefeitura encheu a boca para afirmar, há alguns meses, que, pela primeira vez, em muitos anos, a Carris tinha tido superávit. Isso nos alegra, porque nós, bancada do PSOL, defendemos historicamente a empresa dos gaúchos, que é, sim, um balizador de qualidade na prestação do serviço público em Porto Alegre. Para aqueles que não acompanham os números e dados, e isso os nossos colegas vereadores que se dizem liberais fazem vistas grossas, o edital publicado exigiu uma série de quesitos – uma série de quesitos: ar-condicionado, acessibilidade, idade da frota. A Carris sempre elevava esses índices, era a empresa que operava com o maior número de coletivos com ar-condicionado, e isso qualificava a oferta do transporte público, fazendo com que as empresas privadas não precisassem se esforçar tanto para qualificar os seus coletivos. É ela que tinha a maior quantidade de ônibus com acessibilidade, e isso fazia com que diminuísse a exigência das empresas privadas, os consórcios, em qualificar a sua frota. Essa é a questão. A Carris sempre balizava em termos de qualidade de frota o transporte público para cima, enquanto os consórcios puxavam os índices para baixo. Portanto, senhoras e senhores, eu vejo com bons olhos o investimento em qualidade nos coletivos, desde que esse investimento não seja feito para alguém que está encomendando e negociando por debaixo dos panos a empresa Carris de Porto Alegre. Se houver algum tipo de negociata exigindo que haja qualificação para depois o governo vender a um preço vil, esse roubo não contará com o

nosso apoio, mas para a qualificação do transporte público e da nossa empresa Carris, nós somos favoráveis.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mônica Leal, colegas vereadoras e vereadores, é um momento importante, Ver. Prof. Alex Fraga, de discutirmos a companhia Carris. Claro que a maioria aqui não quer discutir a Carris. Quero lembrar que o Ver. Ciro Martini, que era da bancada do Partido dos Trabalhadores, tem um livro maravilhoso; quem quiser conhecer o transporte coletivo de passageiros de Porto Alegre deve acessar o livro do ex-vereador Ciro Martini, que fala, inclusive, desses primórdios da nossa Companhia Carris, o quanto ela foi importante para a cidade de Porto Alegre. Quero aqui, de modo especial, falar para a bancada do PDT o quanto importante foi o então prefeito Leonel de Moura Brizola para tratar da Companhia Carris. Isso a gente tem que lembrar sistematicamente, e evidentemente nós vamos votar para que se faça esse empréstimo para melhorar a Carris.

Ver. Robaina, que tem uma frente que debate a Carris, nós já levantamos com V. Exa. que queremos juntar dados também para que a gente possa, na frente parlamentar em defesa do serviço público, trazer elementos de cada área da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Nós queremos fazer o debate sobre a função social da Carris para termos um equilíbrio do transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre. Hoje nós estamos à beira de um caos: há linhas de lotação que já foram entregues à municipalidade, outras linhas estão para ser entregues. Os aplicativos entraram com uma força tal que, nas linhas mais curtas e com este movimento “juntos”, uma família ou duas, três pessoas juntas podem ir para escola, para o trabalho, uma nova situação se criou no deslocamento das pessoas, mas nós não podemos desdenhar quem mora na periferia, nós não podemos desdenhar as linhas T que são fundamentais – e eu diria que são necessárias outras tantas. Por isso que nós queremos fazer o debate sobre o empréstimo, sim, mas que nós possamos ter a fiscalização da aplicação. Eu proponho, Ver. Roberto Robaina, que a gente faça, conjuntamente, um pedido de informações sobre o fluxo de entrada e saída desse empréstimo e onde serão colocados os recursos para a Companhia Carris. Eu vou concluir como concluiu o Ver. Prof. Alex Fraga: que não nos peguem na esquina do rio com uma tentativa de passar de mão beijada essa companhia depois dela refeita e bem organizada para o primeiro picareta que vem pela frente no transporte coletivo de passageiros. Eu vou repetir: o primeiro picareta que vier pela frente, porque essa é uma área de muitos picaretas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, eu quero chamar a atenção dos senhores no seguinte. Há quatro, cinco meses eu convidei a direção da Carris para vir a CUTHAB e trazer informações a respeito do preço dos ônibus: quanto a empresa estava pagando e por que a empresa pagava mais do que o valor de mercado. Ela estava pagando acima do valor de mercado.

O preço dos ônibus é composto por um percentual que é o chassi e o motor, e depois a carroceria. E o valor foi acima das três cotações que eu fiz de ônibus igual àquele que foi licitado ou semelhantes, de outras marcas. Na época, a explicação foi de que estava embutido ali o valor de um seguro de dois anos para esses ônibus. Eu não me dei por satisfeito com a explicação. Tanto que o secretário municipal de Relações Institucionais, Christian Lemos, juntamente com o meu querido amigo, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, marcaram uma visita da presidente da Carris ao meu gabinete, que eu acho que estava marcada para o dia de amanhã. Eu, por óbvio, não me neguei a recebê-la, para poder ter maiores explicações acerca dessa discrepância de preço a maior em desfavor da empresa e, portanto, do contribuinte, já que é uma empresa pública. Então, eu, sem ter essas informações, não me sinto apto a votar, nem a aprovar, até porque o meu desejo genuíno, já falei isso mais de uma vez, é de ver a Carris privatizada, é de ver a Procempa privatizada e de ver o DMAE mantido público. De novo, vou dizer: eu quero o DMAE público, mas admito a possibilidade de mobilidade de locação de ativos no DMAE e outras parcerias público-privadas que o DMAE possa fazer, mas não vejo razão, pelo o que tem acontecido nos últimos anos, de o Município continuar com a necessidade de ter uma empresa pública de exploração de serviços de transportes de passageiros, a Carris. Eu acho, por exemplo, que essas linhas poderiam ser leiloadas, num leilão nacional. E esses recursos integrados aos cofres da Prefeitura, com destinação específica, por exemplo, para outros investimentos, para melhoria, ou, quiçá, num outro modal. Por que não transporte hidroviário, por exemplo? Seria uma alternativa que eu me disporia a pensar: sair do rodoviário e explorar um transporte hidroviário da Zona Sul para cá, e entregar ao sistema, mediante um leilão, um certame público a quem está operando. Agora, não tenho disposição de endividar a Carris em R\$ 50 milhões neste momento, desculpem-me. Não vejo razão para contrair uma dívida de R\$ 50 milhões neste momento! Este ano se divulgou que a Carris deu lucro, foi superavitária; mas sem fazer investimento é claro que qualquer empresa dá lucro num mês. Já deu R\$ 11 milhões de prejuízo, já teve em R\$ 50 milhões. Mas não há razão para que nenhuma empresa que seja deficitária continue onerando quem paga imposto, não há. Tem que entregar para quem sabe fazer! Com exceção de atividades que sejam essenciais, como por exemplo, a água, que é um bem essencial à humanidade. Era isso o que eu queria dizer. De novo, eu tenho apoiado o governo em tudo, em tudo aquilo que eu acho justo, e a minha posição hoje é um exemplo disso: aquilo com que eu não me sinto confortável em votar, porque contraria uma convicção que eu tenho...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): ...A empresa tem que ser privatizada, por que não se pode manter pública uma empresa que é deficitária, não há razão e eu não quero ver a empresa endividada em R\$ 50 milhões, uma dívida pelos próximos, quantos anos? Dez anos? São oitenta e tantos ônibus há quase...

(Aparte antirregimental do Ver. Mendes Ribeiro.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Aumentou para 12 anos. Eu não quero uma empresa com uma dívida de 12 anos.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ele aumentou para mais dois anos o prazo de validade da atual frota, mas eu não quero contrair uma dívida de 12 anos. Não quero, não desejo e, por isso, o meu voto é “não”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, senhoras e senhores, Ver. Valter, eu quero me somar à reflexão que o senhor faz. Primeiro, pelo seguinte: há alguns meses, nós votamos nesta Casa um projeto que estendia a vida útil dos ônibus de Porto Alegre de 10 para 12 anos; o projeto foi aprovado. Por quê? Porque inclusive uma das causas era que a Carris não tinha recursos para trocar a sua frota naquela oportunidade. Então, nós ampliamos de 10 para 12 anos para que a Carris tivesse dinheiro; continua não tendo. Pergunto: se o Executivo pretendia tomar um crédito, por que é que não tomou em 2017? Se ia tomar um empréstimo para fazer isso, por que não tomou em 2017, antes de esperar a frota se desvalorizar ainda mais, antes de submeter os usuários a um serviço mais deteriorado, porque os ônibus estavam mais velhos? Então, se ia ser tomado um crédito para comprar ônibus, por que não se propôs isso em 2017, antes de pedir à Casa que estendesse por mais dois anos a vida útil dos ônibus?

Segundo: por que este projeto está aqui, se a Carris, como empresa pública, tem autonomia orçamentária e financeira para tomar os seus próprios créditos? Este projeto está aqui porque a garantia que está sendo dada é do Município! Ora, a Carris não tem patrimônio para garantir esse crédito que está sendo tomado? Então, o Município está dando a garantia. E se essa garantia é executada, se o Município termina

por pagar o crédito que a Carris está pedindo, como ele se ressarcirá? Não está esclarecido no projeto. É através de aumento de capital? É através de papéis? De recebíveis? Não está esclarecido no projeto qual é a forma pela qual o Município se ressarciria, caso a garantia seja executada. Se não fosse o Município a dar essa garantia, este projeto nem estaria aqui, porque a Carris tem autonomia orçamentária financeira, mesmo que fosse empresa pública dependente, o que não é, porque tem, obviamente, a sua própria receita decorrente da sua atividade econômica. Então, se é executada a garantia, como...

Vereador Cassio Trogildo (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Ricardo, sempre muito inteligente e com muita propriedade nas suas colocações, mas quero dizer, até para irmos construindo o que realmente precisa acontecer para ter essas garantias: não é a mesma coisa, mas quando você dá um aval para uma locação, tem que entrar com uma ação, depois, se o teu avalizado não pagar. No caso da Carris, o Município é dono. Então, acho que até poderíamos imaginar se existe alguma necessidade de o Município ter, de parte da Carris, que é de sua propriedade, uma confissão de dívida talvez, porque um título executivo não sei se, necessariamente, seria.

Entendo a sua preocupação e não tenho certeza se é necessário, mas, se assim o for, acho que é possível corrigir. Obrigado pelo aparte.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado. Justamente, parte do problema, para mim, é a ausência de uma alternativa a uma ação judicial. Se a Prefeitura está sendo avalista, ou ela cria uma espécie de contragarantia, ou ela está se colocando numa posição de ter de judicializar contra um ente controlado, o que seria impensável! Ela não pode, simplesmente, ir ao caixa da Carris, porque seria uma transferência não prevista em lei. Então, aqui, entendo que deveria estar previsto, esse é um aspecto.

O segundo aspecto, e aqui eu vou me somar ao que disse o Ver. Valter Nagelstein, o que para mim é fundamental no meu posicionamento: na ausência de uma definição do Executivo Municipal de que caminho dará à Carris, o Executivo, que disse que faria um estudo da Companhia Carris... Peço mais tempo para concluir, Sra. Presidente...

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): ...o Executivo, que disse que faria um estudo da Carris para definir o seu futuro – se a salvará e manterá pública, se abrirá o capital, se receberá a hipótese de privatização, pela qual eu torço –, enquanto não responder o que fará com a Carris, essa medida é temerária. Há um processo de contratação de uma consultoria em andamento no Município, e nós vamos fazer uma tomada de empréstimo antes de ter a resposta da consultoria sobre o que será feito com a Carris; então, ou está se botando fora o dinheiro da consultoria, está se usando mal o

que a consultoria propõe, ou essa consultoria é para inglês ver. Então, contratou-se uma consultoria para dar o caminho da Carris...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): ...fazer essa medida, sem ouvir a consultoria, antes do fim do trabalho, me parece uma medida descabida. Nesse sentido, pelas razões técnicas que eu expressei e pela razão política que estou expressando, eu votarei contra o projeto. Obrigada, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara; acho que este debate sobre a questão da Carris, Ver. Reginaldo Pujol, precisa ser contextualizado, Ver. Mendes Ribeiro, dentro do que representa a Carris no sistema de transporte da cidade de Porto Alegre. Pois vejamos, a Carris atende 22,44% dos passageiros do transporte coletivo – vereadores Dr. Goulart e Paulo Brum, que atentamente acompanham –, são 141 mil cidadãos transportados todos os dias. Portanto, Ver. Mauro Pinheiro, é uma empresa que tem uma importância enorme em todo o sistema de transporte coletivo de ônibus de Porto Alegre. A média da frota da Carris tem 9,6 anos de idade.

Essa autorização de financiamento não é nada mais, nada menos do que o aval que a Prefeitura dará para a Carris adquirir esses ônibus, porque a Carris não tem balanço financeiro que possa ela mesma adquirir, Ver. Wambert, por conta própria, como fazia em anos anteriores. Aliás, esses ônibus virão substituir outros que foram financiados em 2007, 2008, quando não foi necessário aval de empréstimo, por quê? Porque a Carris tinha, Ver.^a Comandante Nádia, capacidade suficiente de ser tomadora de empréstimo, Ver. Felipe Camozzato.

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Logicamente, Ver. Ricardo, com o maior prazer.

Vereador Ricardo Gomes (PP): Agradeço o aparte. Meu medo também é justamente esse, vereador: como a Carris antes tinha condições financeiras de tomar esse empréstimo, e desta vez está se reconhecendo que não tem e pedindo a garantia da

Prefeitura, pois que isso termine, na verdade, mascarando um déficit da Carris que deveria estar lançado e sendo suprido, ou não deveria existir, mas em havendo, ser suprido diretamente. Parece-me que aqui pode haver, indiretamente, o suprimento do déficit da companhia.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Nós não estamos falando aqui de a Prefeitura dar dinheiro para a Carris, nós estamos falando aqui da Prefeitura avalizar o empréstimo da Carris. Nós todos, que sabemos como funcionam os financiamentos, Ver. Valter, sabemos que, na análise de balanço, se não tem liquidez – e se analisam os três, quatro balanços, e a Carris teve prejuízo em três, só conseguiu ter um lucro pequeno agora no último balanço –, não passa no aval de um financiamento bancário, não passa na avaliação. Por isso é necessário que a sua proprietária, que é a Prefeitura, avalize, e no caso – que não é o que nós queremos, porque a Carris vem sendo recuperada financeiramente – de alguma crise maior no sistema público de transportes que faça com que a Carris não consiga ter uma recuperação suficiente para pagar o empréstimo, Ver. Reginaldo Pujol, o Município, que é seu dono, logicamente, vai ter que arcar com este valor, e aí, Ver. Mendes Ribeiro, vai ter que decidir o que fazer com a Carris. Mas o que nos parece é que seria, e quero cuidar bem o termo que vou usar, de muita precariedade, de muito risco não se aprovar o empréstimo e, Ver. João Bosco Vaz, a Carris não poder finalizar a aquisição desses ônibus, porque no ano que vem...

(Aparte antiregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): *Leasing* também é uma forma de aquisição, vereador. O *leasing* também é um financiamento que, ao final, paga um resíduo e fica com o bem, então não tem muita diferença. A diferença do *leasing* é que você não patrimonializa imediatamente o que você está adquirindo – é a única diferença! Para empresas que não querem ter um patrimônio muito elevado, para não diminuir sua liquidez, o *leasing* é adequado; neste caso, não faz diferença nenhuma, até porque a Carris tem a possibilidade de ter aval, Ver. Hamilton, que é da área financeira e compreende bem o que estamos falando. Creio que seria muito temerário – esse é o termo que eu achei, Ver. João Bosco Vaz – não se aprovar o financiamento, porque esses 87 ônibus adquiridos entre 2006 e 2007, como eu falei, sem necessidade de aval, serão impedidos de operar a partir de maio de 2020. Então, Ver.^a Cláudia, não aprovar o financiamento significa dizer que 87 ônibus, 25% da frota, não vão rodar a partir de maio de 2020! Como é que faz? Como passaremos a atender 25% desses 141 mil passageiros – dividindo rapidamente, dá 70 mil, 35 mil passageiros deixarão de ser transportados pela Carris! Vinte e cinco por cento!

Bom, àqueles que defendem que tem que privatizar: não deixar a empresa ser sucateada, é uma necessidade. Àqueles que defendem que não pode privatizar: sucatear a empresa, talvez seja o único caminho, a única alternativa a venda. Então, nesse período de discussão eu queria introduzir o debate dessa forma, e dizer que é

necessário sim que o Município dê o aval para que se tenha consumação da compra que já está, inclusive, com o pregão realizado. É o primeiro pregão de aquisição, no âmbito do Município de Porto Alegre. Então, já está, Ver. Cecchim, com o pregão realizado, pronto para ser adquirido. A Caixa já está lá com recurso disponibilizado, só faltando o aval da Prefeitura que depende da nossa autorização legislativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação e quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 18h43min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0308/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 141/19, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que tomba o imóvel localizado na Rua General João Telles, 317, Bairro Bom Fim, sede da Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul.

PROC. Nº 0482/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 217/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que denomina Rua Regina Flores de Souza o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Quatro – Loteamento dos Ferroviários –, localizado no Bairro Humaitá.

PROC. Nº 0515/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/19, de autoria do Ver. Paulo Bum, que altera a ementa, o art. 1º e o art. 2º e inclui parágrafo único no art. 1º, todos na Lei nº 7.591, de 10 de janeiro de 1995, e alterações posteriores, obrigando os estabelecimentos comerciais com mais de 1.000 m² (mil metros quadrados) de área construída a manter, no mínimo, 4 (quatro) cadeiras de rodas manuais e 2 (duas) cadeiras de rodas motorizadas à disposição de seus clientes.

PROC. Nº 0520/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga a Lei nº 11.746, de 19 de dezembro de 2014 – que obriga os bares, os restaurantes e os estabelecimentos similares a conceder desconto especial ou a oferecer prato especial de porção reduzida às pessoas que tenham realizado cirurgia bariátrica ou outra gastroplastia para redução do estômago.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h44min.)

* * * * *